



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FELIPE AUGUSTO ALVES CORREIA LIMA

**A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR FRENTE AS EXIGÊNCIAS DO CAPITAL EM
CRISE: EM FOCO A PARTICULARIDADE BRASILEIRA**

FORTALEZA

2020

FELIPE AUGUSTO ALVES CORREIA LIMA

A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR FRENTE AS EXIGÊNCIAS DO CAPITAL EM
CRISE: EM FOCO A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Maurilene do Carmo.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L698e Lima, Felipe Augusto Alves Correia.
A educação do trabalhador frente as exigências do capital em crise : em foco a particularidade brasileira / Felipe Augusto Alves Correia Lima. – 2020.
110 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Francisca Maurilene do Carmo .
1. Trabalho. 2. Ontologia. 3. Crise Estrutural do Capital. 4. Qualificação Profissional. 5. Desemprego. I. Título.

CDD 370

FELIPE AUGUSTO ALVES CORREIA LIMA

A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR FRENTE AS EXIGÊNCIAS DO CAPITAL EM
CRISE: EM FOCO A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 15/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Francisca Maurilene do Carmo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Josefa Jackline Rabelo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Helena de Araújo Freres
Universidade Federal do Ceará (UECE)

Aos trabalhadores de todo o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente minha mãe, Eliane, minha irmã, Natasha, e minha companheira, Barbara, por estarem sempre presentes nos momentos de maiores alegrias e de maiores dificuldades de minha vida.

A minha orientadora, por toda sua paciência e disponibilidade para me orientar de forma clara e precisa.

A banca examinadora, pelas contribuições em meu trabalho dissertativo.

Ao Cinequentena, que durante a pandemia me ajudou muito a superar as ansiedades da vida cotidiana.

Ao PPGE/UFC, por disponibilizar esse espaço de pesquisa e de aprimoramento do conhecimento.

A linha Educação, Estética e Sociedade por toda a experiência vivida nesse período do mestrado.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela a bolsa concedida que me auxiliou na pesquisa.

“A grande indústria concentra, em um mesmo lugar, uma massa de pessoas que não se conhecem entre si.” (Karl Marx).

RESUMO

O trabalho, enquanto categoria ontológica, tal qual fora resgatado por Gyorgy Lukács, a partir das obras de Karl Marx, assume outro caráter, na atual forma de sociabilidade. Partindo dessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo analisar como a educação profissional do trabalhador brasileiro, atravessado pelo fluxo contínuo da lógica do capital, no período de 2009 a 2020 tem reverberado nos trabalhadores. Isso, porque, no Brasil e no mundo, o quadro social, político e econômico expressa as diferentes nuances da crise do capital, que teve, a crise financeira do sistema imobiliário norte-americano (2008), como uma das formas de suas expressões fenomênicas. Esta crise, tardiamente chega ao Brasil, de modo mais contundentes em 2014, afetando sobremaneira o mercado de trabalho nacionalmente. Nessa perspectiva, temos como objetivo pesquisar a formação disponibilizada ao trabalhador brasileiro, realizando um resgate histórico de como a qualificação profissional vem, principalmente, no período proposto, formando para o desemprego. Assim, nos apoiaremos em Marx, particularmente no Capital, bem como, em importantes interpretes do pensamento marxiano, a exemplo de Lukács, para compreender a categoria trabalho, tanto no seu sentido ontológico, como na perspectiva do trabalho alienado. Mézaros, por sua vez, nos fornecerá os elementos para compreensão das crises cada vez mais crescentes do sistema do capital. Utilizaremos autores contemporâneos para entendermos a lógica que preside a formação do novo operariado alicerçada em no pseudoconceitos da empregabilidade. Compreendemos que desde a última crise, as taxas de desemprego vêm aumentando de forma cada vez mais acentuadas com o passar dos anos, tendendo a aumentar, principalmente, a partir do ano de 2020, ano em que teve início a crise pandêmica do novo coronavírus. Tal contexto, repele a busca por cursos de qualificação profissional, pois em um mercado cada vez mais imprevisível, os indivíduos perdem a confiança nos cursos, por medo de não serem contratados. Ademais, vislumbramos horizontes de emancipação humana, projeto em interdição no contexto da atual forma de sociabilidade.

Palavras-chaves: Trabalho. Ontologia. Crise Estrutural do Capital. Qualificação Profissional. Desemprego.

ABSTRACT

Work, as an ontological category, as rescued by Gyorgy Lukács, from the works of Karl Marx, takes on another character, in the current form of sociability. From this perspective, this research aims to analyze how the professional education of Brazilian workers, crossed by the continuous flow of capital logic, in the period from 2009 to 2020 has reverberated in workers. This is because, in Brazil and in the world, the social, political and economic framework expresses the different nuances of the capital crisis, which had the financial crisis of the American real estate system (2008), as one of the forms of its phenomenal expressions. This crisis later arrived in Brazil, in a more forceful way in 2014, affecting the labor market nationally. In this perspective, we aim to research the training made available to Brazilian workers, making a historical recovery of how professional qualification comes, mainly, in the proposed period, educating for unemployment. Thus, we will rely on Marx, particularly in *Capital*, as well as in important interpreters of Marxist thought, such as Lukács, to understand the category of work, both in its ontological sense and in the perspective of alienated work. Mézaros, in turn, will provide us with the elements for understanding the increasingly growing crises of the capital system. We will use contemporary authors to understand the logic that guides the training of new workers based on employability pseudo-concepts. We understand that since the last crisis, unemployment rates have increased more and more sharply over the years, tending to increase, mainly, from the year 2020, the year in which the pandemic crisis of the new coronavirus began. This context distances the search for professional qualification courses, because in an increasingly unpredictable market, individuals lose confidence in the courses, as they fear not being hired. In addition, we envision horizons of human emancipation, a project currently paralyzed within the context of the current form of sociability.

Keywords: Work. Ontology. Structural Crisis of Capital. Professional qualification. Unemployment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fatos e números globais do trabalho infantil.....	59
Figura 2 – Fatos e números do trabalho infantil no Brasil.....	60
Figura 3 – Empregabilidade.....	70
Figura 4 – As divisões do mercado de trabalho.....	72
Figura 5 – Resumo do mercado global, 2018.....	75
Gráfico 1 – Número de brasileiros subutilizados em milhões de habitantes.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
ILO	International Labour Organization
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund

LISTA DE SÍMBOLOS

- \$ Dólar
- % Porcentagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Aproximações ao método de Marx.....	17
2	O TRABALHO E A EDUCAÇÃO: EDIFICAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DO SER SOCIAL.....	22
2.1	O trabalho como modelo de toda práxis.....	22
2.2	O papel da educação na complexificação do novo ser.....	28
3	A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS PELO CAPITAL EM CRISE: O DESEMPREGO CRÔNICO E SEUS DESVELAMENTOS PARA A ATUALIDADE.....	35
3.1	Ativação dos limites absolutos do capital em crise.....	35
3.2	O desemprego estrutural e seus desvelamentos na atualidade.....	44
4	EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO UMA NOVA CONFIGURAÇÃO A FAVOR DO CAPITAL.....	49
4.1	Função social da educação: a formação do trabalhador e o desemprego no contexto de crise estrutural do capital.....	49
4.2	Gênese e desenvolvimento da educação industrial no Brasil.....	54
4.3	Qualificando para o desemprego: novas configurações a favor do capital.....	66
5	CONCLUSÃO.....	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	ANEXO A - LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (LISTA TIP).....	91

1 INTRODUÇÃO

A educação do trabalhador para a atividade laboral é um ramo da educação profissional, que a partir de legislações competentes ficam a cargo do ensino público, ensino privado e das empresas. Em experiência vivenciada nos anos de 2013 a 2015, enquanto estagiário do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho¹ (IDT) em um balcão de empregos, que na época, era alocado em uma das unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Ceará (SENAI-CE), pude desempenhar o papel de intermediador entre empresas contratantes e trabalhadores em condição de empregabilidade², podendo constatar que as vagas solicitadas eram voltadas para as áreas de automação, construção civil, gestão, gráfica e editorial, metalomecânica, metrologia, refrigeração, segurança do trabalho e tecnologia da informação, pois se constituíam como as vagas mais ofertadas pelo Senai-Jacarecanga, durante o período anteriormente citado.

Ademais, a experiência do estágio foi elucidativa para que vários conceitos prévios, fossem desconstruídos, ficando de forma mais clara as relações entre as demandas exigidas pelos empregadores, bem como eram ofertadas a formação para que os trabalhadores pudessem adentrar no mercado de trabalho. Do mesmo modo, observou-se durante o período citado como instituições de formação e qualificação profissional dispunham recursos, seja espaço físico ou grade curricular, para oferecer essa chance de os trabalhadores alcançarem a tão sonhada garantia de permanência no mercado de trabalho.

A título de referência de como se instituíram escolas profissionais³ em caráter industrial, tomamos a história do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI-CE, como exemplo. O SENAI foi fundado no ano de 1942, a partir do decreto-lei nº 4.048, por meio

¹ Trata-se de uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Governo do Estado do Ceará, como Organização Social, através do Decreto nº 25.019, de 03/07/1998, que a tornou apta a executar políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/Institucional/SobreIDT.aspx>.

² Atualmente é um termo amplamente utilizado por empregadores para se referir a qualidade que o trabalhador possui em estar sincronizado com o mercado de trabalho, sendo um dos reflexos do agravamento da crise que perpassa o mercado de trabalho em todo mundo nos últimos 50 anos, em função da diminuição do número de empregos formais e do aumento dos níveis de desemprego e de trabalho informal.

³ Sobre as escolas profissionais na educação industrial, as Escolas de Aprendizes e Artífices já haviam sido criadas no governo do presidente Nilo Peçanha, pelo decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Funcionavam sob a tutela do recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, as mesmas ofereciam ensino primário e profissional para menores de idade advindo de famílias pobres, com o principal objetivo de formá-los em operários e contramestres para as pequenas indústrias que se desenvolviam naquela época. Vale salientar, que esta formação mínima e aligeirada, atrelada a lógica do mercado, não é uma particularidade do Brasil, tal formação está na gênese do próprio sistema capitalista.

de estudos promovidos pelos então presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), bem como pelo economista Valentim Rebouças e com parceria com o Governo brasileiro.⁴

O principal objetivo da criação desse serviço de aprendizagem era solucionar as demandas para o ensino profissional destinado à indústria, além de proporcionar um estudo paralelo ao modelo oficial. A necessidade de se desenvolver uma indústria interna do Brasil e qualificar os operários com uma formação mínima⁵, de modo rápido e prático, foi, segundo Romanelli (2014, p. 171), ocasionada a partir dos embargos acarretados pelo panorama político, econômico e social, oriundos da 2ª Guerra Mundial, no qual o governo brasileiro recorreu “[...] à criação de um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias”.

No Ceará, este serviço foi implantado em 1943, sendo um dos primeiros estados a ter um departamento regional do SENAI. Os primeiros cursos ofertados, foram os de torneiro mecânico, ajustador mecânico, carpinteiro e desenhista técnico, que foram ministrados nas instalações do Centro Ferroviário Profissional da Rede Viária Cearense (RVC), onde atualmente é localizada a unidade do SENAI Jacarecanga, que na época recebera a denominação de Escola SENAI de Fortaleza.⁶

Os serviços de aprendizagem industrial no Ceará se integram a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), instituição ligada a CNI, que desde 1950 é impulsionadora do desenvolvimento social e econômico no Ceará, com a premissa de gerar novos negócios, estimular a competitividade e fortalecer vínculos institucionais⁷. Para que possa atender a demanda do Estado, a FIEC, teve que se dividir em um sistema que se constitui através de suas casas de serviços: o Serviço Social da Indústria (SESI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o próprio SENAI.

O Sistema FIEC (SFIEC) está presente tanto em Fortaleza, como em Maracanaú (região metropolitana de Fortaleza), Sobral (região Norte do Estado do Ceará) e em Juazeiro do Norte (no Cariri cearense). Com a finalidade de atender a indústria local em suas demandas, o serviço oferece, entre outros: a formação e qualificação profissional direta para a indústria; a implementação de serviços técnicos e tecnológicos especializados; e o incentivo à inovação e

⁴ Breve resgate sobre a história e a instituição. Disponível em: <http://senai-ce.org.br/sobre-nos/86820/institucional>.

⁵ Essa necessidade vem da gênese da instauração do próprio modo de produção capitalista, que precisou ampliar a escola para os filhos da classe trabalhadora, oferecendo em doses homeopáticas.

⁶ SENAI Unidade Jacarecanga. Disponível em: <https://www.senai-ce.org.br/unidades/27/fortaleza/jacarecanga>

⁷ Sobre nós, Sistema FIEC. Disponível em: <http://www1.sfiec.org.br/sobre-nos/86865/institucional>

educação executiva, de forma a proporcionar a melhoria contínua da saúde e da qualidade de vida do trabalhador.

Ademais, conforme o próprio SENAI, desde a sua fundação a instituição vem, realmente, cumprindo um papel fundamental e histórico na formação do trabalhador brasileiro, a partir de políticas de “qualidade” que visam superar a expectativa necessária ao mercado profissional. Tendo como principal missão, promover a educação profissional e tecnológica, inovando e transferindo tecnologias das mais diversas indústrias, o que contribui para elevar a competitividade setorial.

Contudo, essa competitividade, reflete não apenas entre as indústrias, mas também, entre os trabalhadores. Faz com os mesmos busquem se capacitar cada vez mais para que consigam acompanhar os avanços tecnológicos implantados nas indústrias em que trabalham. Tal cenário, contribui para que muitos indivíduos estejam aptos ao mercado de trabalho, com todas as exigências preenchidas, porém ainda sem emprego garantido, ficando o trabalhador em situação de empregabilidade.

Apesar de todo esse incentivo para qualificação e aperfeiçoamento da formação profissional do operariado cearense, o que se vê nos últimos anos, seja a nível regional ou nacional, é o crescente aumento do nível de desemprego, nos mais diversos setores, inclusive no setor industrial.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através de levantamentos realizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua⁸ (PNAD Contínua), entre os anos de 2012 e 2020, através de pesquisas relacionadas aos índices de desemprego, o que se observa é que durante a última década, conforme os dados oficiais os níveis de desocupação no Brasil, aumentou consideravelmente.

O desemprego, de forma simplificada de acordo com IBGE, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Vale salientar, que o desemprego em si é um nome genérico dado

⁸ A PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 mar. 2020.

a população desocupada e subutilizada, entretanto, de acordo com o próprio instituto, para ser considerado desempregado não basta estar sem emprego.

A qualificação profissional ou de formação inicial e continuada é a modalidade da educação profissional que se destaca por ter cursos de curta duração que, na maioria das vezes, não requerem um nível de escolaridade mínima para frequentá-los, sendo, desta forma, a modalidade mais procurada pela população em geral. Tais cursos, podem ser ofertados pela rede pública, bem como pela rede particular de ensino, podendo ser oferecido, inclusive, pelo empreendimento que o trabalhador se encontra empregado.

Deste modo, a partir da concepção marxiana, interpretamos que o avanço da conjuntura de empregabilidade, gera aos trabalhadores a sensação de insegurança no mercado de trabalho, que atualmente perpassa por uma crise, a qual resulta em um cenário de tomadas de direitos historicamente conquistados. A alta demanda de trabalhadores desempregados, faz com que mais e mais se faça necessário se “reciclar” a força de trabalho ativa, para que o indivíduo empregado não perca seu emprego.

Ressaltamos, que a escolha por esta temática se situa, na busca de uma maior fundamentação teórica acerca da base curricular desse sistema paralelo de ensino, que se foca na qualificação profissional do operariado, frente a um cenário global de crise estrutural do sistema do capital⁹. Frente a este panorama, o sistema aponta a necessidade do capital em diminuir o tempo necessário de produção, e como consequência reduzir o capital variável (força de trabalho), para assim, aumentar o capital constante, resultando tal processo no comprometimento da vida e da sobrevivência dos trabalhadores, que se encontram em condição de desemprego.

Portanto, diante do que foi exposto, nos aparece concretamente a seguinte questão: Que papel assume as instituições do capital na formação do trabalhador industrial brasileiro?

1.1 Aproximações ao método de Marx

Ao apontarmos o método marxiano como conceito basilar para elaboração de nossa pesquisa, buscamos perceber através da teoria elaborada por Karl Marx (1818-1883), que compreender um objeto do ponto de vista ontológico é entender sua função metodológica central, através do entendimento de como a gênese e o processo de desenvolvimento do próprio objeto “[...] fornece o universo categorial para o seu conhecimento.” (COSTA, 2009, p. 30).

⁹ Termo empregado por István Mészáros (2000) para explicar as diversas crises que assolam a economia global.

Paulo Netto (2011, p. 13) nos comunica que a teoria marxiana sofreu, ao longo do tempo, muitas deturpações advindas de pensamentos equivocados de sua teoria. Ademais, o autor pontua que por meio de influências positivistas, que influenciaram os principais pensadores da 2ª internacional de 1889 até 1914. Tais ideais positivistas foram agravados por pensadores neopositivistas na 3ª internacional (1919-1943), estes ideais tiveram como base o “Círculo de Viena”, o que viria a culminar no stalinismo. A teoria marxiana, nestes períodos, foi representada de forma simplista no que resultou em uma teoria geral de tudo sobre o materialismo histórico e o materialismo dialético. Desta forma, o estudo da realidade poderia ser substituído pela simples aplicação do método marxiano, a qual uma análise econômica da sociedade poderia explicar sistemas políticos, culturais, etc.

Impulsionado pelas formulações do jovem Engels, Paulo Netto (2011) destaca que Marx direciona sua pesquisa para analisar concretamente a sociedade moderna, buscando entender a gênese dessa sociedade que se formara na transição do séc. XVIII e séc. XIX, qual seja, a sociedade burguesa.

Avançando criticamente a partir do conhecimento acumulado, Marx empreendeu a análise da sociedade burguesa, com o objetivo de descobrir a sua estrutura e a sua dinâmica. Esta análise, iniciada na segunda metade dos anos 1840, configura um longo processo de elaboração teórica, no curso de qual Marx foi progressivamente determinando o método adequado para o conhecimento veraz, verdadeiro, da realidade social (Mandel, 1968). Isto quer dizer, simplesmente, que o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação: de fato, é só depois de quase 15 anos de pesquisa que Marx formula com precisão os elementos centrais de seu método [...]. (PAULO NETTO, 2011, p. 18-19).

Cabe salientar que, a teoria representada nas pesquisas de Karl Marx é o estudo do objeto, de sua estrutura e dinâmica, tal como ele é em si mesmo, independentemente da vontade e dos desejos do pesquisador. Em outras palavras, “[...] é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa.” (PAULO NETTO, 2011, p. 21).

Ademais, Paulo Netto (2011, p. 21, grifos do autor) acrescenta, alicerçado nos pressupostos marxianos, que “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento).” Desta forma, conforme o autor, para Marx

[...] o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto.

Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a *reproduz*, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (PAULO NETTO, 2011, p. 21-22, grifos do autor).

Por conseguinte, apesar de Karl Marx tomar como objeto de pesquisa a sociedade burguesa e a mesma se caracterizar como um sistema de relações construídos pelos próprios homens, cuja a relação sujeito/objeto não fica externa ao pesquisador, estando o mesmo intimamente ligado ao objeto e eliminando qualquer pretensão de neutralidade. Paulo Netto (2011) pontua que essa peculiaridade na teoria marxiana não exclui a objetividade do conhecimento teórico, pois pode-se constatar a veracidade de sua teoria a partir da prática social e histórica. Destacando, que os modos de agir de determinada sociedade estão atrelados, indubitavelmente, ao modo de produção da sociedade posterior, que por sua vez é transmitido de geração em geração, impactando as relações sociais.

Assim, ao destacar o método em economia política para explicar a sociedade burguesa, Marx (2003) pontua que se deve considerar a totalidade ao qual o objeto pertence, pois se começarmos pelo real e pelo concreto desprezaríamos múltiplas determinações. Desta forma, o movimento que o pesquisador deve seguir é o contrário, partindo do todo até o específico, onde seria possível observar “[...] uma rica totalidade e determinações e de relações numerosas.” (MARX, 2003, p. 247).

Nas palavras de Marx (2003, p. 254, grifos nossos)

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados continuam a substituir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação. **A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior quando essa forma superior já é conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc.**

Ademais, ao articular a totalidade e as contradições da sociedade burguesa, bem como mediando entre o mais simples e o mais complexo é que Marx (2003) conseguiu basilar sua teoria. Deste modo, o autor pontua que,

O plano a adotar deve evidentemente ser o seguinte: 1º As determinações abstratas gerais, convindo portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade [...]. 2º As categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa e sobre as quais

assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O crédito (privado). 3º Concentração da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado na sua relação consigo próprio. As classes “improdutivas”. Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A emigração. 4º Relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. Os câmbios. 5º O mercado mundial e as crises. (MARX, 2003, p. 258).

Ademais, conforme Tertulian (1996, p. 60, grifos nossos), Lukács retoma o pensamento de Marx para superar duas deformações operadas sobre a teoria marxista, quais sejam:

O **determinismo unívoco**, que absolutiza o poder do **fator econômico**, tirando a eficácia dos outros complexos da vida social, é condenado com rigor não inferior àquele usado para condenar a **interpretação teleológica**, que, por sua parte, fetichiza a necessidade ao considerar toda formação social ou toda ação histórica como um passo no caminho para a realização de um fim imanente ou **transcendente**.

Destarte, a necessidade humana está condicionada ao real, onde a racionalidade dos fatos só pode ser estabelecida após os próprios fatos se consumarem. Portanto, Tertulian (1996), assinala que para correta compreensão da vida social Lukács analisou as relações entre teleologia e causalidade.

A posição teleológica [...] não pode realizar-se a não ser utilizando as cadeias causais, uma vez que a causalidade necessariamente preexiste à atividade finalística [...]: as cadeias causais, na imanência da realidade, são infinitas, enquanto a consciência “ponente”, a consciência que põe um fim, se move sempre dentro de horizontes delimitados. Na tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre as representações da consciência que fixa os seus objetivos e a realidade indelirnitável das cadeias causais, Lukács vê o *principium movens* do ato do trabalho. (Tertulian, 1996, p. 63, grifos do autor)

Tertulian (1996) destaca, inclusive, que Lukács distingue pelo menos dois tipos de posições teleológicas. Uma é a que tem como objeto a natureza em si e a outra é aquela que tem como objetivo a consciência dos outros, que culmina numa Ética. Conforme o autor, a sociedade é definida como um “complexo de complexos”, desta forma, Lukács exclui definitivamente a concepção retilínea e monolítica do progresso histórico, portanto,

A ontologia que ele preconiza concebe o ser como uma interação de complexos heterogêneos, em perpétuo movimento e devir, caracterizada por uma mistura de continuidade e descontinuidade, que produz incessantemente o novo e cuja característica fundamental é a irreversibilidade. (TERTULIAN, 1996, p. 67)

Tentamos revelar, desta forma, o real enquanto algo existente dentro de nossa sociabilidade, ou seja, partir do legado marxiano, entendemos que a postura do pesquisador parte do movimento do real, levando em consideração a totalidade do ser social, buscando a capacidade de expressar as contradições da realidade social e contribuindo para a transformação radical desta.

Neste interim, é a busca por textos de interpretes marxianos, bem como as obras do próprio Karl Marx, e deste com Engels, que irão desvelar os mecanismos para entendermos como pesquisar o objeto em sua totalidade dentro de uma sociedade burguesa. Destacamos que nosso estudo terá um caráter teórico-bibliográfico e documental, visando aprofundar a análise acerca da educação do trabalhador frente as exigências do capital, com foco na particularidade brasileira.

Portanto, o presente trabalho buscará na seção II resgatar o caráter ontológico do trabalho como modelo de toda práxis nos pautando em clássicos como Marx (2015), Lukács (1979, 2013), Engels (2004) e seus interpretes Lessa e Tonet (2008) e Monteiro (2018), bem como desenvolver nosso pensamento sobre o papel que a educação desempenha na complexificação do novo ser, tendo como base, os próprios clássicos Marx (2015), Marx e Engels (1998) e Lukács (2013), bem como seus intérpretes contemporâneos Lima e Jimenez (2015), Lessa (1992, 2015) e Maceno (2005).

Na seção III buscamos dissertar sobre a ativação dos limites absolutos do sistema do capital que decorre da crise estrutural do capital, teoria desenvolvida por István Mészáros (2000, 2009, 2011 e 2017), analisando como a categoria do desemprego crônico, elaborada pelo autor, se manifesta na atual forma de sociabilidade, traçando paralelos com outros autores clássicos como Karl Marx e Thomas Malthus.

Outrossim, na seção IV, nos propomos a apresentar a qualificação profissional como uma nova configuração a favor do capital, destrinchando a função social da educação com Mészáros (2008) e apresentando uma breve historicização sobre a gênese da educação do trabalhador, com foco na qualificação profissional, dentro de um contexto de desemprego cada vez mais crescente, na esteira de autores como Hobsbawm (1995), Leher (1999), Lessa (2014), Marson (2015), Romanelli (2014), Freres, Gomes e Barbosa (2015), Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015) e Santos (2017), bem como em legislações específicas. Por fim, dissertaremos como o desemprego cada vez mais crescente e a qualificação profissional apresentam pontos em comum a favor das novas configurações a favor do capital.

2 O TRABALHO E A EDUCAÇÃO: EDIFICAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DO SER SOCIAL

O ser humano tem carências e necessidades básicas como qualquer outro animal, no entanto, sua forma de superar os obstáculos naturais é díspar em relação a esses. Tal diferença realiza-se na mediação entre as condições causais dadas no mundo objetivo natural e os meios para efetivação de seus carecimentos, sendo necessário para realização da atividade humana um certo grau de conhecimento, uma compreensão do real, do ambiente que lhe cerca, das causalidades dadas pela natureza, atividade que nos animais dá-se de forma passiva em relação ao meio natural.

É a partir da consciência, mediada pelo trabalho, que o homem, enquanto ser genérico, pode se afastar das barreiras naturais que o cercam e repassar seu conhecimento para as futuras gerações. Leontiev (1978) *apud* Tonet (2005) aponta que cada geração, portanto, já nasce em um mundo onde as objetivações de seus ancestrais já estão postas, dessa forma este “novo indivíduo” se apropria dessas objetivações e estabelece fundamentos para que as gerações posteriores tenham a efetiva condição de aprender a atividade adequadamente, a este processo dá-se o nome de educação.

Por conseguinte, discutiremos na presente seção como o trabalho representa o salto ontológico entre os seres humanos e os demais animais, representando o modelo para toda a práxis social, bem como o papel do complexo da educação na formação desse novo ser.

2.1 O trabalho como modelo de toda práxis

A atividade vital consciente, de acordo com Marx (2015a), distingue o homem imediatamente da atividade animal. Esse homem que agora se constitui socialmente possui uma base orgânica, mas não é essa base que o define enquanto ser social, distinto das esferas precedentes, para existir enquanto ser social, ele tem que, primeiramente, existir enquanto ser natural.

Nesta via, ontologicamente, na concepção marxiana, entendemos que a categoria central, que representa o salto evolutivo entre os homens e os demais animais, é o trabalho. O trabalho é, portanto, categoria fundante do ser social, desta forma, para poderem existir os homens devem constantemente transformar a natureza, tornando-se, assim, a base do ser social impossível de ser dissociada.

Marx (2015a), anuncia que a atividade vital do animal não se distingue, sendo imediatamente uma com o próprio animal. Contudo, diferentemente dos animais, a ação humana na natureza tem caráter intencional e planejado, pois “[...] o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente” (MARX, 2015a, p. 84).

Por conseguinte, Lukács (2013, p. 41) considera que qualquer categoria específica ao ser social só pode ser analisada basilarmente quando fundamentada no trabalho ontológico, “[...] até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata.”

E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente. (Lukács, 2013, p. 41)

Em Marx, com base na releitura lukasiana, podemos perceber que o desenvolvimento da sociedade se dá a partir do afastamento ou da superação das barreiras naturais impostas,

É exatamente a penetrante irreversibilidade do caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* [agora ou nunca] social desse estágio de transição. Portanto, não temos como obter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, [...] segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior [...]. (Lukács, 2013, p. 42-43, grifos do autor)

Foi Engels, segundo Lukács (2013), que situou o trabalho no cerne do devir humano, de tal forma, que apesar dos demais animais também modificarem a natureza, esta ação é apenas um mero fenômeno acidental, estando a atividade animal submetida às determinações naturais, sua consciência é utilizada enquanto um recurso circunstancial do meio.

Assim, Engels (2004), percebe o trabalho como a condição básica de toda vida humana, de tal forma que considera que o trabalho cria o próprio homem, ressaltando, que a elaboração de instrumentos é que inicia o trabalho. Neste sentido, o autor destaca, que até a própria mão e todo o corpo humano são, ao mesmo tempo, instrumentos e produtos da atividade humana.

A partir desses pressupostos biológico, é que Engels, de acordo com Lukács (2013), determina a função vital que a mão, já nos macacos, adquire. De tal forma, que é de extrema importância para determinar o papel que o trabalho assume no salto do animal ao humano,

Ela é usada principalmente para pegar o alimento e segurá-lo com firmeza, o que já acontece com os mamíferos inferiores através das patas dianteiras. Com as mãos, muitos macacos constroem ninhos em cima das árvores ou até, como o chimpanzé, coberturas entre os ramos para proteger-se dos temporais. Com as mãos eles pegam paus para defender-se dos seus inimigos ou pedras e frutas para bombardeá-los. (Engels *apud* Lukács, 2013, p. 45).

Para Engels (2004), a mão do selvagem mais primitivo é capaz de realizar inúmeras ações que não podem ser replicadas por nenhum macaco, não sendo capaz de produzir nenhum machado de pedra, por mais simples que fosse. Desta forma, como já exposto, é com o trabalho que se inicia a elaboração de instrumentos necessários à produção da existência humana, instrumentos esses resultantes de uma ação intencional e planejada, cujos fins foram antecipadamente idealizados na consciência do indivíduo. Assim, Engels (2004, p. 18) pontua que,

À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar as mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela.

Nas palavras de Marx (2015b, p. 255), ao abordar a mesma temática, o homem,

a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, [...] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Ademais, Marx (2015b, p. 255-256) complementa que,

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Isto posto, Lessa e Tonet (2008, p. 26), apontam que o trabalho ao possibilitar aos homens transformarem a natureza, possibilita também aos mesmos se transformarem, constituindo-se no fundamento material do próprio mundo.

Compreendemos, desta forma, que a atividade produtiva dos homens é a unidade mediadora entre a subjetividade (teleologia) e a objetividade (causalidade). Por conseguinte, reiteramos, na esteira dos clássicos, que todo ato de trabalho acontece em um processo de consciência. Tal consciência é um conjunto de ideias que dirige a ação a um determinado ponto que, no sentido ontológico, deixa de ser um epifenômeno e passa a agir teleologicamente em todos os atos humanos. Em termos ontológicos, Lukács (2013, p. 44) expressa que,

todas as outras categorias dessa forma de ser já, são em sua essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição; ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurarem ponto determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao social.

Para Lukács (1979, p. 17) primeiramente o ser social pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica, não se pode constitui-lo sem que haja a correlação direta com a natureza. As objetividades do ser social desenvolvem-se à medida que a práxis social torna-se mais complexa, surgindo a partir do ser natural e tornando-se cada vez mais social, contudo, não se pode fazer uma analogia na natureza, pois é um processo dialético e inicia-se com o salto ontológico. “O fato de que esse processo, na realidade, seja bastante longo, com inúmeras formas intermediárias, não anula a existência do salto ontológico.” (LUKÁCS, 1979, p. 17).

Desta forma, Monteiro (2018, p. 26), destaca que

a formação desse novo tipo ser, o social, só foi possível graças, em primeira instância, à transformação da natureza inorgânica, antes com características unicamente minerais, com capacidade de operar apenas processos físico-químicos, em natureza orgânica, que passou a operar processos biológicos e resultou em um sistema imbricado de processos naturais, por conseguinte, toda a vida humana permanece com uma ineliminável interdependência das bases menos complexas do ser. A essas passagens de um tipo de ser mais simples ao mais complexo Lukács intitulou salto ontológico.

Nesta via, a partir do aporte marxiano e posteriores contribuições lukacsianas, observamos que o trabalho é o alicerce de toda atividade humana, ou seja, o trabalho configura-

se enquanto categoria onto-fundante do ser social. Desta forma, o trabalho é a atividade que distingue os homens dos animais, sendo o fundamento do ser social.

Diante do exposto, reafirmamos que o trabalho é categoria fundante do ser social, pois é a única relação entre os seres vivos e a natureza que inaugura o “princípio do novo”, mesmo que em suas formas mais primitivas de teleologia. Esta ininterrupta produção do novo é, segundo Lukács (2013), a primeira clara distinção e elevação para um patamar superior do que o da mera condição natural.

Vale ressaltar, que Lukács (2013) verifica que é necessário se realizar um exercício de abstração do trabalho das demais categorias, sendo possível apenas no mundo ideal, de modo que primeiramente deve-se decompor no sentido crítico e subjetivo para que, a partir deste fundamento se retorne ao complexo social onde haja um avanço que se concebe agora na totalidade real. O autor expressa a categoria ontológica do trabalho ao considerar que,

[...] através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Conforme Lukács (2013) qualquer ato de trabalho seria impossível sem uma posição teleológica que o precedesse, de modo que Marx ao limitar a teleologia ao trabalho aumenta seu significado, pois para se entender o ato social mais elevado, o trabalho, deve-se levar em conta as determinações da sua existência, baseado na vida orgânica, possibilitando, assim, um novo tipo de ser autônomo e consciente que pode operar a realidade que o cerca.

Ademais, em Marx, o caráter teleológico do trabalho difere dos elaborados anteriormente por grandes pensadores, pois nestes o modo de posição teleológica não aparece circunscrito ao trabalho, não apontando, portanto, para o sentido ontológico e nem para a práxis humana em geral. As formulações, de tais pensadores, eram direcionadas para um caráter cosmológico universal.

Seguindo a esteira da teoria marxiana, entendemos que fora do trabalho não há qualquer teleologia, portanto,

[...] o conhecimento da teleologia do trabalho é algo que, para Marx, vai muito além das tentativas de solução propostas pelos seus predecessores mesmo grandes como Aristóteles e Hegel, uma vez que, para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material. (LUKÁCS, 2013, p. 51).

Lukács (2013), em termos ontológicos, aponta que Aristóteles foi o primeiro a reconhecer que a objetividade do pôr teleológico, seria inconcebível, se partisse da “lógica” da natureza. Ao se imaginar uma casa por exemplo, é impossível imaginá-la pelos elementos que a compõe separadamente (pedra, madeira, etc).

Hartmann, conforme Lukács (2013), separa os dois atos do mesmo exemplo da casa, ou seja, o pôr dos fins (a casa completa) e a investigação dos meios (elementos que as compõe), para que assim se entenda o processo de trabalho. No entanto, Lukács (2013, p. 54) destaca que “[...] o pôr do fim e a investigação dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma”, ou seja, enquanto as aspirações e ideias do homem não florescerem dentro de um sistema de complexos que funciona indiferente a necessidade humana.

No ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado. Ela só pode adquirir **tal função de ferramenta quando suas propriedades objetivamente presentes**, existentes em si, **forem adequadas para entrar numa combinação tal que torne isso possível**. E isso, no plano ontológico já pode ser encontrado claramente no estágio mais primitivo. Quando o homem das origens escolhe uma pedra para usá-la por exemplo, como machado, deve reconhecer corretamente esse nexos entre as propriedades da pedra – que nas mais das vezes tiveram uma origem casual – e a sua respectiva possibilidade de utilização concreta. Somente assim ele efetua aquele ato de conhecimento analisado por Aristóteles e por Hartmann; e quanto mais desenvolvido o trabalho, tanto mais evidente se torna essa situação. (LUKÁCS, 2013, p. 54, grifos nossos).

Destarte, Lukács (2013, p. 57) salienta que Hegel já compreendia bem o caráter do trabalho e que compreendeu bem o nexos entre o pôr dos fins e a investigação dos meios ressaltando que “[...] o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios [...] é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade.” Contudo, a teoria hegeliana esbarrou em uma lógica idealista que desconsiderava o movimento material da realidade humana.

Retornando a teoria marxiana, é o trabalho, a partir da consciência, que impulsionou e orientou um princípio reformador e transformador do homem na natureza, em um ambiente com todas as adversidades. Todas suas atividades tendem a seguir instintos básicos como a existência biológica e a reprodução da espécie e não pode mais, do ponto de vista ontológico, ser tratada como epifenomênica. Lukács (2013), destaca que a partir dessa constatação que Marx distingue o materialismo dialético do materialismo mecanicista. Nas palavras do autor:

Marx, nas suas famosas Teses sobre Feuerbach, distingue com grande precisão o novo materialismo daquele antigo: “A lacuna principal de todo materialismo até agora

(inclusive o de Feuerbach) é que o concreto, a efetividade, o sensível, só é apreendido sob a forma de objeto ou da intuição; mas não como atividade humana sensível, como práxis; não subjetivamente. Daí o lado ativo ter sido desenvolvido abstratamente, em oposição ao materialismo, pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, enquanto tal – Feuerbach quer objetos sensíveis efetivamente distintos dos objetos do pensamento, mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva”. (LUKÁCS, 2013, p. 25-26).

Desta forma, Lukács (2013), reafirma a realidade do pensamento, não mais é um caráter epifenômico da consciência e que só pode ser apreendido e constatado por meio da práxis. Desta forma, o autor corrobora com o pensamento de Marx, de que o trabalho constitui a forma originária da práxis, bem como compartilha do pensamento de Engels “[...] de que viu no trabalho o motor decisivo do processo de humanização do homem.” (LUKÁCS, 2013, p. 26). Desta maneira, Lukács (2013, p. 26) pontua que os produtos da práxis humana ingressam no mundo da realidade com novas formas de objetividade não derivadas da natureza, mas que constituem tanto realidade quanto produtos da própria natureza.

2.2 O papel da educação na complexificação do novo ser

Os elementos ontológicos fundamentais analisados por Marx e posteriormente resgatados por Lukács, não limitam a totalidade social apenas ao trabalho. Lima e Jimenez (2011) verificam que, apesar do trabalho fundar o ser social, não o esgota, mas sim expande os horizontes da reprodução humana, originando novas necessidades e ampliando as formas de satisfazê-las.

Esse processo ao qual o trabalho perpassa, conforme a teoria lukacsiana, só pode ser entendido de forma geral e verdadeira a partir de um complexo social, onde as categorias se movimentem de forma gradativa, gerando outros complexos. Reiteramos, que Lukács (2013), observa que apenas pode-se examinar separadamente esses processos no plano conceitual, pois os mesmos ocorrem concomitante ao trabalho.

Neste momento, cabe um parêntese, pois Lessa (1992) profere que, para expressar objetivamente aquilo que o indivíduo previamente idealizou, o mesmo deve primeiro transformar, em algum grau, o mundo que o cerca.

Esta transformação pode ser de ordem primária, ou seja, voltada diretamente a transformação da natureza; ou de ordem secundária, isto é, que visa a transformar, a influir sobre os momentos de prévia-ideação de outros indivíduos, levando-os a adotarem determinados comportamentos que se julgam desejáveis. (p. 44)

Para Lessa (2015), o fundamento ontológico que gera um impulso ao conhecimento do real, desenvolvido a partir de uma necessidade de se capturar o real pela consciência, com o objetivo de se transformar, de forma triunfante, uma realidade a partir uma ideia previamente formada, se caracteriza como sendo *intentio recta*¹⁰.

Lima e Jimenez (2011, p. 75-76, grifos do autor), pontuam que Lukács analisa dois complexos principais

A linguagem é o primeiro complexo [...]. Trata-se de uma categoria articulada com as posições teleológicas primárias e secundárias, respondendo a necessidades sociais surgidas a partir da relação dos homens com a natureza – mediatizada pelo trabalho – e entre si, na divisão do trabalho e na práxis social em geral. A linguagem se relaciona com a *intentio recta* e atrela-se à necessidade colocada pelo trabalho de refletir o real na consciência dos homens. Ao mesmo tempo, realiza uma importante função em relação às posições teleológicas secundárias, consistindo no instrumento para influenciar outros indivíduos, agindo sobre a consciência humana. Essa dupla função marca significativamente o surgimento e o desenvolvimento do complexo da linguagem, imprimindo-lhe duas direções: de um lado, o impulso à crescente generalização; de outro, a necessária determinação individualizante. Esse desenvolvimento se realiza predominantemente de forma espontânea, o que não significa a desvalorização do papel jogado pelos indivíduos.

Já o segundo complexo, analisado por Lukács, conforme as autoras, diz respeito ao direito, com foco a atender necessidades específicas oriundas da divisão de classes. Esse complexo surge para regulamentar os antagonismos de classes. É um complexo, conforme a teoria lukacsiana, criado para ordenar a sociedade de acordo com os interesses da classe dominante.

Vale ressaltar que, Marcos Del Roio no prefácio do livro de Tonet (2005) nos comunica que é pelo Direito ou pelas ideologias que os laços de solidariedade são impostos nos indivíduos na sociabilidade do capital, onde os mesmos são competitivos e que sua liberdade se manifesta na livre iniciativa. Com o rompimento entre o público e privado, há uma mudança no indivíduo e o mesmo transforma em direito a desigualdade gerada na vida civil.

Outrossim, a educação, conforme Lima e Jimenez (2011), é um complexo que é essencial a reprodução do gênero humano, no qual medeia a individuação e a generalidade. Ademais, “[...] a educação é um complexo social fundado pelo trabalho e, como os demais

¹⁰ Tertulian (2009), indica que Lukács foi o primeiro a “*intentio recta* (orientação à realidade em sua autonomia ontológica) em comparação com a *intentio obliqua* (atenção dirigida à reflexividade da consciência), mas Lukács foi o primeiro a estabelecer uma genealogia das múltiplas atividades da consciência e de suas objetivações (a economia, o direito, a política e suas instituições, a arte ou a filosofia) a partir da tensão dialética entre subjetividade e objetividade. Ver mais em: TERTULIAN, Nicolas. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 27, n. 2, jul./dez. 2009. p. 375-408. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v27n2p375>. Acesso em: 20 ago. 2020.

complexos sociais, estabelece com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 78).

As autoras anunciam que, conforme a teoria lukacsiana, a dependência ontológica da educação está no fato do trabalho ser o ponto de partida do ser social e que todas as demais formas de atividade humana só podem se considerar autônomas a partir de um nível relativamente elevado do trabalho. Sua autonomia relativa se deve ao fato de que “[...] os complexos sociais só alcançam autonomia num contexto já crescentemente sociabilizado pelo desenvolvimento do trabalho.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 79), não podendo, assim, se caracterizar com uma autonomia absoluta, justamente pela sua dependência ontológica em relação ao trabalho.

O surgimento do complexo da educação no ser social está atrelado a essa necessidade fundamental para a continuidade do homem enquanto ser genérico. A educação surge para desempenhar essa função imprescindível: através dela, cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens. (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 84).

Outrossim, de acordo com as autoras, a educação se torna imprescindível em todos os modelos de organização social, pois para que se possibilite a continuidade do ser social, a educação assume a função de “[...] articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p.84). Lima e Jimenez (2011), anunciam que em determinadas formações sociais só podemos encontrar a educação em sentido *lato*, já em outras, além da *lato* pode também ser estabelecida uma prática educacional em sentido *estrito*. Ademais, as autoras destacam que apesar de não existir um limite metafísico que separe essas duas formas de educação, há uma mútua influência, necessitando que para compreender a dinâmica da relação entre esses dois sentidos que a educação pode assumir e de como essa dinâmica afeta a totalidade social e a formação do homem, precisamos conhecer, primeiramente, suas especificidades.

Deste modo, a educação no sentido *lato* é, de acordo com Lima e Jimenez (2011), um complexo universal que efetiva a apropriação das objetivações que estabelecem o gênero humano, por parte dos indivíduos. Desta forma, em seu sentido *lato* a educação “[...] guarda significativa similaridade com a linguagem, pois também é um complexo universal, comparecendo em todas as formas de sociedade constituídas pelo homem.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 84). As autoras destacam que a mesma, articula o ser singular ao ser

genérico, sendo responsável por gerar nos indivíduos as objetivações elaboradas ao longo do desenvolvimento do gênero humano, possibilitando assim a continuidade do ser social. “No desenvolvimento ontogenético, a passagem do indivíduo de membro da espécie a partícipe do gênero humano só é possível por meio da apropriação dos elementos culturais essenciais à humanização do homem.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 84).

Já a educação no sentido *estrito*,

Surge para atender a necessidade universal de continuidade da substância do gênero humano no processo de reprodução social. Sua função remete, portanto, à transmissão e à apropriação das características que compõem a generidade em cada momento concreto, concorrendo para a constituição do indivíduo como partícipe do gênero. A complexificação do trabalho, entretanto, ao produzir a divisão do trabalho e, especialmente, a divisão de classes, atua sobre o complexo da educação e modifica sua constituição inicial. (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 86).

Maceno (2005) expõe que apesar da dimensão da educação se restringir, cada vez mais, a setores específicos da sociedade, não se altera o papel essencial que a educação tem para a reprodução social. Conforme, o autor a educação *estrito sensu* é ampliada pela necessidade do desenvolvimento social, porém, não são todos os indivíduos que terão acesso a mesma. Para Maceno (2005) apesar de todos os indivíduos não terem o privilégio de acessar esse tipo de educação, a mesma ainda cumpre sua função de mediar a formação do homem com a sociedade. Essa forma de saber sistematizado que a educação *estrito sensu* assume, apesar de se constituir em uma sociedade de classes, não elimina a função e a prioridade ontológica da educação em geral, da qual ela é um elemento integrante. (MACENO, 2005, p. 40).

Ademais, Lima e Jimenez (2011) destacam três movimentos importantes do complexo da educação. O primeiro remete que,

é o trabalho que provoca o salto ontológico para a esfera do ser social e, em decorrência da sociabilização por ele inaugurada, funda a educação como complexo social, essencialmente diferente dos processos de adaptação presentes entre os animais. (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 86).

O segundo movimento destaca que,

a complexificação do trabalho, sua divisão e as consequências dela advindas impõem uma complexificação das relações sociais e constituem sociedades internamente cada vez mais complexas e heterogêneas. Em consequência disso, a educação, [...] também passa por um processo de complexificação. (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 86-87).

Por fim, o terceiro movimento,

consiste na transformação da educação de um complexo universal espontaneamente reproduzido, em sentido amplo, para a educação em sentido estrito, a qual surge por força da divisão de classes e é influenciada pelos interesses de classe. O surgimento da educação em sentido estrito, todavia, não se traduz na eliminação da educação em sentido lato. Assim como o trabalho concreto, produtor de valores-de-uso, permanece efetivamente presente – mesmo que, em maior ou menor escala, subsumido ao trabalho abstrato – nas sociedades divididas em classes, inclusive no capitalismo, a educação em sentido lato também comparece em todo e qualquer modelo de sociabilidade. A educação em sentido estrito surge como uma diferenciação no interior da educação em sentido lato, mas não a substitui. O que se estabelece efetivamente é uma relação de mútua influência entre ambas. (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 86-87).

Entretanto, Tonet (2005, p. 213) nos relembra que todo ato de trabalho é, por sua própria natureza, uma atividade social, implicando que, apesar de poder ser realizado individualmente em determinados casos, sua efetiva realização pelo indivíduo se dá pela “[...] apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc.”, somente com essas determinações é que o ato de trabalho se concretiza.

A apropriação, que o autor destaca, tem dois aspectos fundamentais, um que é voltado ao indivíduo e outra voltado a comunidade. No que abrange o indivíduo, não são suas heranças genéticas como integrante da espécie humana que lhe garantem o papel de ser social, é a partir de um processo histórico-social, de uma necessidade imprescindível para sua configuração como membro do gênero humano, que o ser social se configura.

Nesta via, Tonet (2005), considera que a educação a muito tempo vem sendo estudada por pensadores da área que se identificam com os interesses da classe trabalhadora, se esforçando para pensar uma educação que colabore com a transformação revolucionária da sociedade. O autor complementa, que essa educação revolucionária, necessitaria de fundamentos inteiramente novos que instruiriam essa “nova sociedade”, oriunda de uma revolução e a partir de seu marco zero.

Desta forma, elementos como a democracia cidadã, políticas públicas sociais e outros movimentos, que apesar de válidos, estariam limitados pela lógica sistêmica, sendo utilizados apenas como ferramentas para um reformismo que, a curto e médio prazo, dão a falsa impressão de melhorar o *status quo* de certa situação.

Ademais, vem sendo outorgada a educação, desde a segunda metade do séc. XX, o papel como redentora da humanidade. Essa mistificação se dá em parte, pelo novo mercado que surge, sendo vendida a ideia de que somente através da educação é que os indivíduos irão se alfabetizar mais cedo, alcançar trabalhos melhores, etc.

A educação como uma mercadoria foi e é, sobretudo nos países da periferia do capitalismo, dentre eles o Brasil, palco de muitas discussões no meio acadêmico e político. Tal

situação veio a se ampliar a partir do início dos anos de 1990, com a aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990¹¹. Por meio dessas conferências mundiais, que organismos multilaterais¹², começaram a ditar os rumos da educação em “países periféricos”, financiando aqueles que cumprem suas agendas.

Cabe salientar, a diferença que Tonet (2005) nos traz sobre o ato de trabalho do processo educativo de forma bem sucinta. Para o autor, “[...] trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza, ao passo que a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade” (p. 218). Demonstrando, assim, que ao se realizar trabalho, no sentido ontológico, o homem está lidando diretamente com a matéria-prima a ser transformada, tendo o objeto final já na sua mente. Já no que diz respeito educação o homem está lidando com sujeitos ativos, com suas próprias subjetividades, não podendo, portanto, o educador saber se o educando assimilou todo o ato educativo.

Temos que ter em mente, sobretudo, que a educação não é a única relação que medeia o processo entre indivíduo e sociedade. Assim, como pontua Tonet (2005), a Arte, a Linguagem, o Direito, a Política, entre outros, também são mediadores, contudo, conforme o autor, é a educação a única categoria que se apropria de todas as realizações produzidas pelas demais.

Destarte, com a instauração das sociedades de classes e a partir dos diferentes modos de sociabilidade, dentre elas, o capitalismo, a relação homem e natureza muda radicalmente a essência do trabalho, e conseqüentemente da educação. A partir de então, originou-se a necessidade de se criar setores específicos, que se destoavam do conjunto da sociedade, resultando em um processo de seleção daquilo que poderia ser transmitido, em grande parte restrito as classes dominantes e respeitando os momentos históricos específicos de cada modo de sociabilidade.

¹¹ Conforme Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), “[...] a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foi aprovada por representantes de mais de cem países e Organizações Não Governamentais (ONG’s) que, na época, comprometeram-se a aumentar a oferta da educação básica para a população mundial num prazo de 10 anos (2000), fundamentados na ideia de que este nível de ensino seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem. A própria promoção dessa Conferência representa um marco estratégico do anunciado novo papel que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal.” (p. 13-14)

¹² Os organismos multilaterais, são organizações internacionais formadas por diversos governos nacionais que tem como objetivo alcançar acordos globais em relação a diversos temas, dentre os quais se destacam: comércio, educação, manutenção da paz. São exemplos de organismos multilaterais: ONU, UNESCO, UNICEF, FMI, BIRD, OMS, etc.

Destoando, radicalmente do que ocorria durante o período da humanidade primitiva em que,

não havia diferença explicitada entre trabalho e educação. O estágio primitivo do trabalho, aliado à centralidade quase absoluta que ele ocupava na vida dos homens, fazia com que a apropriação à qual nos referimos anteriormente formasse um ato praticamente único com a transformação da natureza. O homem se educava no e pelo trabalho e com todas as atividades que giravam ao redor dele. (TONET, 2005, p. 220).

Tonet (2005, p. 221), complementa, ademais, que com o advento do capitalismo,

na medida em que a produção econômica, cuja mola-mestra e dinâmica é o capital, passou a ser direta e claramente o eixo de todo processo social, que a educação passou a ocupar um lugar todo especial, porque passou a integrar cada vez mais profundamente o processo de produção.

Ademais, realizada a presente análise categorial, reiteramos, a partir do aporte marxiano, que a atividade humana é fruto exclusivo das ações humanas, que tem sua gênese nos atos sociais e históricos produzidos e reproduzidos pelos indivíduos. Desta forma, a sociedade capitalista, que essencialmente reduz o homem a produtor de mercadoria e que tem sua base na compra-e-venda do trabalho alheio, também é resultado dos atos singulares humanos que durante o perpassar temporal tornaram-se atos históricos.

Agora, no capitalismo, ao invés de atividade produtora das necessidades humanas, o trabalho passou a constituir-se como atividade produtora da riqueza privada para outrem cuja base é o trabalho explorado. Afinal, segundo Marx e Engels (1998), o capitalismo assenta-se na divisão da sociedade em duas classes fundamentais e antagonicas: a burguesia, que é a dona dos meios de produção e dos materiais necessários à produção dos meios de subsistência, e o proletariado, que é a classe despojada dos meios de produção, sendo obrigada a vender a sua força de trabalho à burguesia para receber em troca os meios para a sua sobrevivência.

Neste interim, podemos perceber que, na contemporaneidade, tendo as necessidades humanas sido sujeitadas a subordinação e à reprodução do capital, ou seja, o desenvolvimento da vida social, tanto dos indivíduos quanto da sociedade, está limitado à lógica sistêmica de reprodução do capital. Portanto, nos debruçaremos de imediato, a analisar as crises que esse sistema gera nos indivíduos e na sociedade em si.

3 A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS PELO CAPITAL EM CRISE: O DESEMPREGO CRÔNICO E SEUS DESVELAMENTOS PARA A ATUALIDADE

Durante as duas primeiras décadas do séc. XXI o que podemos observar, de certa forma, é que o sistema econômico capitalista, em face do modelo econômico neoliberalista, já demonstra fortes indícios de um colapso global, a partir de diversas crises econômicas e sociais. Tais crises, se intensificaram, mais recentemente, a partir de 2008 com a crise da bolha especulativa do sistema imobiliário norte-americano que deu início a maior depressão global desde os anos de 1930.

De acordo com Gustavo Villela, em matéria publicada no jornal O Globo de 05 de agosto de 2014, para salvar suas economias, governos nacionais de diversas parte do mundo, injetaram cifras trilhonárias através de megapacotes para socorrem os bancos, entretanto isso não foi suficiente e diversos bancos abriram falência. Apenas nos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2008 o, então, presidente George Walker Bush anunciou um plano de ação de ajuda ao sistema financeiro que ultrapassou as cifras de US\$ 2,6 trilhão. Na Europa, que naquele ano ainda sofria com o endividamento elevado, diversos países tiveram suas economias comprometidas. Na Inglaterra, no ano de 2008 os gastos com o setor bancário e com medidas de nacionalização de instituições chegava a US\$ 1 trilhão. Já o governo alemão anunciou ajuda a seus bancos nacionais no valor de 500 bilhões de euros. Nos anos pós-crises, muitas economias ainda não tinham se recuperado, como podemos ver a exemplo da Grécia e de Portugal. Em 2012, quatro instituições financeiras gregas receberam mais de US\$ 22 bilhões do seu governo. Em 2013, o governo português, teve que intervir no Banco Espírito Santo (BES), segundo maior banco do país na época, com mais de 5 bilhões de euros. No Brasil, no de 2015 a crise foi responsável tanto por uma queda na economia, bem como estimulou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Devemos nos questionar, ao observar tal cenário: a crise de 2008 foi a única responsável por esse “caos” ou algo mais profundo estaria afetando tais economias e afetando as relações humanas e sociais no mundo?

3.1 Ativação dos limites absolutos do capital em crise

István Mészáros desenvolveu ao final dos anos de 1960 uma teoria para revelar a *crise* que se estabelecia o sistema social global do capital. Observando que com a falência dos dois sistemas estatais de controle e regulação do capital, criados nas primeiras décadas do séc.

XX se nota uma crise de proporções nunca antes conhecidas pela humanidade. Tais sistemas estatais foram caracterizados, de acordo com Antunes (2009a) pelo *welfare state*, baseado no modelo keynesiano que vigorou em diversas sociedades capitalistas; e pelo modelo de “tipo soviético”, que embora fosse resultado de uma revolução social que buscava a superação do capital, não conseguiu superá-lo, sendo por ele englobado.

De acordo com Antunes (2009a, p. 10) István Mészáros nos apresenta que a crise, após perpassar pelas eras dos ciclos, adentrava em uma fase inédita – a de crise estrutural – que embora haja “[...] alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural”.

Desta forma, o autor entende que:

[...] o sistema do capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como *mediações de segunda ordem* – quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais -, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. (ANTUNES, 2009a, p. 11, grifos do autor).

Para Mészáros (2000, p. 8), o capital pôde emergir e se estabelecer como um sistema de controle do metabolismo social,

[...] abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis — o imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível. É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa.

Desta forma, a partir surgimento de sua versão capitalista burguesa, o sistema do capital houve uma maior exploração da extração do sobretrabalho, através da mais-valia de forma estritamente quantificável, um aumento da cruel circularidade do sistema orgânico, onde cada relação econômica é resultado de outra relação na forma econômica-burguesa, e que cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, sendo reivindicado pelo mundo do capital a condição de prisão dentro desse sistema, não havendo, a priori, nenhuma escapatória.

Este tipo de controle impôs a sociedade, a intensificação da lógica cruel própria da sociedade de classes, acentuada pelo sistema capitalista burguês, que é calcada em um modelo expansionista desumano e essencialmente irracional sem levar em conta o caráter devastador das consequências de seguir esse modelo, seja ele para a natureza ou para a própria humanidade.

Ademais, conforme Mészáros (2000), o capital teve que responder a essa lógica irracional que geravam limitações, aceitando a hibridização do modelo clássico, oriundo da revolução burguesa com hibridizações com outros modelos sócios econômicos, já mencionados anteriormente, tais como o keynesianismo ou o Estado intervencionista do tipo soviético, que visavam justamente a superação das limitações do próprio sistema. Contudo, essas novas formas de hibridizações não conseguiram resolver as crises advindas da própria estrutura do sistema.

Desta forma, Mészáros (2000), desvela que tal crise vem afetando, pela primeira vez na história, todo o conjunto da humanidade, não sendo casos isolados, portanto, para que a própria humanidade se perpetue, a mesma necessita fazer mudanças fundamentais no controle do metabolismo social. O autor esclarece que para garantir sua dominação, nos últimos três séculos, com uma produção generalizada de mercadorias, o sistema do capital desvinculou seus antigos componentes orgânicos das amarras dos sistemas orgânicos precedentes, demolindo assim, barreiras que impediam o desenvolvimento de novos componentes vitais necessários para o seu estabelecimento como um sistema orgânico global. Expondo que,

Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica. (MÉSZÁROS, 2000, p. 7-8).

Assim, Mészáros (2000, p. 8) traça um paralelo entre os modelos sociais pré-existentes ao sistema do capital, evidenciando que o mesmo, existiu em outras formas de intercâmbio produtivo, contudo, o sistema do capital era subordinado aos “[...] sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleceram historicamente em seu tempo, incluindo os modos de produção e distribuição escravista e feudal”. Além disso, o autor ressalta que

As formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos e com a natureza eram, em seu conjunto, orientadas pela produção para o uso, com um amplo grau de auto-suficiência como determinação sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas. Pois nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico do capital que se manifestava dinamicamente necessitou alguma vez ou foi capaz de, confinar a si próprio às restrições estruturais da auto-suficiência. **O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos** — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção

aceitáveis — o **imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível**. (MÉSZÁROS, 2000, p. 8, grifos nossos).

Vale salientar, que tais crises resultam de nosso próprio tempo histórico, não são resultados de um direito natural ou de algum direito divino, são oriundas das ações dos homens e das relações produtivas e sociais que construímos até aqui. Desta forma, entende-se que:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (Mészáros, 2000, p. 7).

Portanto, compreendemos que com as crises econômicas vivenciadas na contemporaneidade, mais especificamente, a partir da crise que atingiu o setor petrolífero na década de 1970, enfrentamos um período em que o sistema sócio metabólico do capital não mais consegue ultrapassar seus limites. As situações emergenciais da economia deixam de ser meras crises cíclicas nacionais, de maior ou menor grau de extensão, como a já presenciadas desde a época dos primórdios da industrialização, e passam a demonstrar um cenário de crise na própria estrutura, ou seja, enraizada no cerne do próprio sistema do capital no qual atinge pela primeira vez vários continentes.

De acordo com Mészáros (2009, p. 17), “[...] a crise estrutural do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente”. Para o autor, o aprofundamento dessa crise não irá se restringir apenas ao mundo das finanças ao redor do mundo, a mesma afetará todas as esferas de nossa vida, seja no âmbito social, econômico e até mesmo cultural. Logo, entendemos que isso é resultado da própria lógica da propagação do sistema do capital que está fundamentada em uma busca sempre maior por mais-valor, estando, assim, em constante expansão. Tal lógica também está pautado na produção destrutiva, pois as relações de produção estão alicerçadas em um processo altamente irrefreável e desnecessário, o que torna todo o sistema sociometabólico do capital, em seu limite, incontrolável.

Essa lógica altamente destrutiva vem nos impondo limites não apenas sociais ou econômicos, mas também naturais. As relações de produção em sua busca irrefreável por mais e mais produtos naturais, estão devastando biomas e recursos naturais em uma velocidade nunca antes presenciada na história da humanidade. Sobre esta temática, Antunes (2009a, p. 12), aponta que

Com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante direcionada para a auto-reprodução do capital, intensificam-se as conseqüências destrutivas, das quais duas anteriormente referidas colocam em risco o presente e o futuro da humanidade: a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza. (ANTUNES, 2009a, p. 12).

Tais indícios da incontrollabilidade sistêmica podem ser observados atualmente. Uma pandemia global acentuou e, de certa forma acelerou, as contradições produzidas e reproduzidas pelo sistema do capital, revelando ao mundo de forma explícita alguns limites que antes ficavam velados. Cabe salientar, que o primeiro semestre do ano de 2020 foi, para o Brasil e para o mundo, um momento ímpar, pois um novo vírus mortal denominado “Sars-Cov-2” responsável pela doença Covid-19, que afeta, principalmente, as vias respiratórias, surgiu e abalou profundamente as bases da própria humanidade, comprometendo todo o sistema socioeconômico mundial, principalmente em países da periferia do capital.

Há 100 anos, a humanidade não enfrentava uma ameaça originada por um vírus que estremece as estruturas sociais em tantos países ao mesmo tempo. O vírus *influenza A* do subtipo H1N1, responsável pela, assim chamada, “gripe espanhola” que conforme estimativas foi responsável pela morte de 50 a 100 milhões de pessoas em todo o mundo entres os anos de 1918 e 1920, abalou profundamente a conjuntura social daquela época. Avalia-se que a pandemia da gripe espanhola teve início nos Estados Unidos da América (EUA), conforme aponta Taschner (2020): “[...] na gripe espanhola, há indícios de que o vírus, cujo reservatório eram aves migratórias, teria infectado uma criação de porcos no Kansas”. A gripe ganhou o nome de espanhola, pois na época ocorria o conflito armado que ficaria conhecido como a 1ª guerra mundial e apenas a Espanha era neutra, sendo o único país a divulgar dados sobre as infecções e mortes oriundas justamente da gripe. De acordo com Firmo (2018) considera-se, também, que a gripe espanhola tenha surgido nos meses finais do ano de 1917 e que em decorrência da primeira guerra mundial, primeiro conflito armado em grande escala que reuniu exércitos de todos os continentes, criando condições ideais de propagação nunca antes vista, se alastrando pelo mundo, podendo ter infectado um quinto da população mundial.

Na pandemia da Covid-19 o que se sabe, até o momento, é que o vírus é originário da China, e que o fluxo contínuo de pessoas embarcando e desembarcando de aeroportos de diversos países todos os dias tenha acelerado a disseminação do vírus o que resultou em uma crise no setor de saúde de diversos países. Por conseguinte, por não conseguirem suportar a alta demanda de pessoas com quadros de crise respiratória aguda grave em suas unidades de tratamento intensivo a saúde entrou em colapso em diversos países ao redor do mundo, levando

a um aumento considerável do número de óbitos por essa única doença. O número de infectados e mortos no Brasil e no mundo ainda aumentam durante o período que uma vacina eficaz não é criada, restando aos indivíduos tomarem medidas preventivas para não se contaminarem.

Na história da humanidade pandemias não são novidade, no período da “Idade Média” temos o exemplo da “Peste Bubônica¹³” que dizimou mais de 1/4 da população europeia daquele período. As pandemias, são apenas um exemplo de como as ações dos seres humanos podem afetar o planeta e o próprio destino da humanidade, e que colocam em discussão temas que antes pareciam ultrapassados ou obsoletos. Na gripe espanhola, por exemplo,

[...] a mentalidade era propícia para disseminar o pânico em torno de uma peste que parecia sinal do fim dos tempos. Em novembro do ano anterior, havia irrompido a Revolução Russa. O sistema capitalista de produção e repartição de riquezas foi colocado em questão como nunca antes. A religião também. (FIRMO, 2018).

Feitas as devidas considerações, podemos ter ideia de como as relações de produção desenvolvidas historicamente colocam a humanidade em um panorama no qual nem a economia suporta suas próprias crises, nem a própria humanidade está preparada para as mudanças radicais que a lógica sistêmica do capital, em face do modo de produção capitalista, infligiu ao planeta.

Neste interim, Maia Filho *et al* (2016), apoiados nas ideias de István Mészáros, apontam que o momento atual que perpassamos da crise estrutural do capital é configurado pela produção destrutiva, característica principal do complexo industrial militar, que assim como as pandemias podem acarretar na destruição da humanidade, e pela precarização do trabalho o que leva a uma inevitável reconfiguração dos complexos sociais. Além disso, a administração da crise é fundamental para manter os *status quo*, sendo efetivada por meio de reformas e políticas de cunho paliativas.

Na corrida pela reversão da queda da taxa de lucros, os capitalistas investem em tecnologia e matéria-prima para aumentar a produtividade, elevando, desse modo, a composição orgânica do capital, ou seja, o crescimento do capital constante em relação ao capital variável, provocando, por esta via, o efeito contrário ao esperado: a diminuição das taxas de lucros, dado que a fonte da mais-valia é a força de trabalho – o elemento central do capital variável que foi rebaixado pelo acréscimo do capital constante. Conforme Marx (1989), os capitalistas buscam a maior produtividade porque, em curto prazo, adquiririam um benefício significativo, obtendo elevados lucros, uma vez que possuiriam, com exclusividade, novas tecnologias para produzir

¹³ A peste bubônica é uma doença transmitida pela bactéria *Yersinia pestis* que vive em roedores selvagens e em suas pulgas, foi responsável pela morte aproximadamente 50 milhões de pessoas no séc. XIV. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/boa-pergunta/a-peste-bubonica-pode-voltar-a-ameacar-o-mundo-e-o-brasil/>. Tal pandemia acarretou, entre outros acontecimentos, a crise da “Baixa Idade Média”, as revoltas camponesas no século XIV e a crise do feudalismo.

e vender com preços acima dos demais concorrentes até que o mercado seja inundado pela mesma tecnologia, barateando todos os produtos. (Maia Filho *et al*, 2016, p. 29).

Conforme Marx (2009 *apud* Maia Filho *et al*, 2016, p. 30) o próprio sistema cria métodos para contrabalançar as tendências decrescentes das taxas de lucros, deste modo, as assim denominadas contratendências se caracterizam pelo “[...] aumento da taxa de exploração do trabalho, a diminuição dos salários, a redução dos custos com capital constante, a valorização do comércio exterior, entre outros”.

Outrossim, é importante destacar a diferença entre as crises conjunturais e a crise estrutural. De acordo com Maia Filho *et al* (2016), as crises conjunturais ou crises parciais se destacam pelos ciclos econômicos, sendo esta, a forma observável do sistema capitalista de produção. Sobre os ciclos econômicos das crises conjunturais ou crises parciais, Paulo Netto (2006) pontua que os mesmos ocorrem entre uma crise e outra, que podem ser melhor distinguidos de forma esquemática em quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge.

De acordo com Paulo Netto (2006), a primeira fase é a da crise que pode eclodir por um incidente econômico ou político qualquer. A mesma pode ocorrer por diversos fatores, alguns dos quais são: a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria-prima essencial, a queda de um governo, desordem na produção, queda na taxa de lucro, o subconsumo das massas trabalhadoras, a especulação financeira, dentre outros. Da crise decorre que:

[...] as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada, os preços e salários caem, empresas entram em quebra, o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta. (PAULO NETTO, 2006, p. 159).

Logo a após a fase da crise vem a fase da depressão, é essa fase que o mundo está vivenciando durante o período de pandemia, pois não há aumento real do valor do salário, a produção não cresce, pois não há o comprador final e as mercadorias não circulam, pois devido a incerteza dos dias futuros, os indivíduos preferem guardar em casa seu salário para alguma eventualidade, geralmente é nessa fase que o Estado injeta dinheiro nas empresas e bancos. Neste interim, Paulo Netto (2006, p. 159-160) destaca que nessa fase

[...] o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a baixo preço. As empresas que sobrevivem procuram soluções tecnológicas para continuar com alguma escala de produção, mesmo com preços baixos para as suas mercadorias; buscam, sobretudo, apoderar-se de mercados e fontes de matérias-primas.

A fase da depressão, conforme Paulo Netto (2006), é substituída pela fase da retomada. A sua característica principal é de estabelecer os rearranjos criados na fase anterior, de tal modo, que as empresas “sobreviventes”, que englobaram outras empresas que não conseguiram lidar com a crise, sinalizam uma possibilidade de recuperação através da promoção da produção de mercadorias. Nas palavras do autor, é nessa fase que:

[...] as empresas que sobrevivem absorvem algumas das que quebraram, incorporam seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam a produzir mais. O comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego. A produção se restaura nos níveis anteriores à crise e se transita para a fase seguinte, e última, do ciclo. (PAULO NETTO, 2006, p.160).

Finalmente, temos a fase do auge ou do *boom* que, se caracteriza pela volta do crescimento da economia, na qual

[...] a concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas, a abrir novas linhas e frentes de produção e esta é largamente ampliada, lançando no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias. O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma de conta da vida econômica: a prosperidade está ao alcance da mão. (PAULO NETTO, 2006, p. 160).

Todavia, qualquer novo indicador que possa vim a acarretar em uma mudança evidente que gere uma baixa dos preços, pode resultar em nova crise. Um exemplo seria a produção excessiva de mercadorias, de modo, que o mercado já não conseguiria vender as mesmas recomeçando o ciclo de crises parciais do capital novamente. Tais crises cíclicas vem se tornando, ao longo dos anos, mais e mais frequentes de modo que chegará um momento que o próprio sistema já não mais se sustentará.

A crise estrutural, por sua vez, é caracterizada por Mészáros (2002 *apud* Maia Filho *et al* 2016, p. 30) pela “ativação dos limites absolutos do capital”, ou seja, o momento em que todos os limites que o sistema possa alcançar foram atingindo, não podendo mais ser ultrapassados a menos que haja uma transformação radical dos conceitos bases do seu modo de funcionamento. Para Foster (2011) a era em que vivemos da crise estrutural do capital está associada com a nova fase do capitalismo, caracterizada pelo autor como “capital monopolista-financeiro”, podendo ser evidenciada pelas seguintes particularidades:

[...] 1) estagnação econômica nas economias capitalistas maduras; 2) uma dramática substituição para a financeirização, ou seja, bolhas especulativas como um meio para

a expansão econômica; 3) uma rápida concentração (e monopolização) do capital em escala global.¹⁴ (FOSTER, 2011, tradução nossa).

Portanto, Foster (2011) atribuí que a consequência natural do lento crescimento das economias desenvolvidas é resultado da busca sempre crescente por novos mercados de investimento, muitos dos quais não faziam parte de seus campos tradicionais de atuação, pelas gigantescas corporações que dominam o mercado global, o que leva a uma aquisição e privatização de partes essenciais da economia estatal. “A contrapartida política do capital monopolista-financeiro é, portanto, a reestruturação neoliberal, na qual o Estado é cada vez mais canibalizado pelos interesses privados.”¹⁵ (FOSTER, 2011, tradução nossa). A respeito da financeirização, Chesnais (2001, p. 10), aponta que

[...] graças a medidas cujo ponto de partida remonta a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan dos anos 1979-1981, o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e conseqüências estratégicas.

É neste cenário que, conforme Chesnais (2001) a mundialização do mercado financeiro triunfou, levando o capitalismo a sua nova forma de reestruturação econômica. No período de dominação financeira são, conforme o autor, os bancos, na figura dos investidores institucionais, que se tornaram os proprietários de diversos grupos. A partir dos bancos é que as regras das produções industriais e as estratégias em relação aos planos dos empregos e salários em todo mundo são estabelecidas. Constituem os investidores institucionais, conforme o autor: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo.

Como resposta ao presente cenário, o sistema do capital recorre há sempre crescente “ajuda externa” representada pela figura do Estado. O papel do Estado está “[...] em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital [...] o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”. (MÉSZÁROS, 2017, p. 29). Tal ajuda, contudo, possui um limite sistêmico, uma vez que a própria lógica do sistema do capital exige uma oferta ilimitada de ajuda estatal. Sua adoção em

¹⁴ 1) economic stagnation in the mature capitalist economies; (2) a dramatic shift to financialization, i.e., speculative bubbles as a means of economic expansion; and (3) the rapid concentration (and monopolization) of capital on a global scale.

¹⁵ The political counterpart of monopoly-finance capital is therefore neoliberal restructuring, in which the state is increasingly cannibalized by private interests.

longo prazo representa um perigo à própria viabilidade do sistema, pois se aproxima dos limites de capacidade ofertados pelo Estado, o que geraria uma insuficiência crônica nas economias de diversos países.

Ademais Maia Filho *et al* (2016) complementam que esta reestruturação do capitalismo com o monopólio do capital financeiro é mais uma prova do quadro de incontrolabilidade do sistema do capital, o que reforça a tese de que seus limites absolutos foram ativados, levando a um cenário que coloca em risco o futuro da própria humanidade, corroborando para a inviabilidade da ordem societal vigente. Diante dessas circunstâncias, os autores destacam, que o sistema do capital torna como legal qualquer meio para adiar as crises pontuais, viabilizando o uso de qualquer estratagema. Assim, “[...] o capital legitima o chamado complexo industrial militar, como um desses subterfúgios de enfrentamento da crise”. (MAIA FILHO *et al*, 2016, p. 30). Deste modo, inviabiliza a própria segurança dos indivíduos, quiçá a existência da própria humanidade, tendo em vista a impossibilidade do uso continuado do complexo industrial militar como válvula de segurança para a saída das crises repetitivas.

Portando, reiteramos que a manutenção de um sistema desenvolvido na base dos antagonismos estruturais é algo totalmente ilógico que, mais cedo ou mais tarde, irá eclodir em conflitos de escala global novamente. Mészáros (2017, p. 15) aponta que a cada nova fase de proteção forçada, as contradições do sistema do capital só se podem agravar, trazendo consigo um perigo ainda maior para a própria sobrevivência da humanidade.

3.2 O desemprego estrutural e seus desvelamentos na atualidade

É com clareza que observamos, que apesar de 20 anos terem se passado, Mészáros estava correto ao afirmar que os representantes da “Direita Radical” continuam a fantasiar sobre “o recuo das fronteiras do Estado”, enquanto na realidade o oposto é claramente observável, devido à incapacidade do sistema para garantir a expansão do capital na escala requerida sem a administração, pelo Estado, de doses sempre maiores de “ajuda externa”, de uma maneira ou outra. (MÉSZÁROS, 2000, p. 9-10). É desta forma, descrita por Mészáros (2000), que representantes da política econômica brasileira estão conduzindo o Brasil entre os anos de 2019-2020. Em matéria vinculada pelo do jornalista Ignacio Fariza ao site *El País* Brasil em 05 de janeiro de 2020, no caderno de economia, o então Ministro da Economia Paulo Guedes é mencionado como o “czar” econômico do Governo Bolsonaro e que pretende realizar a maior privatização de empresas e recursos públicos da história do Brasil.

De acordo com a matéria, as vendas dos ativos públicos do Estado se justificam a partir de dois pilares:

O primeiro, fiscal: são necessárias mais receitas para reequilibrar as contas públicas e diminuir uma dívida que se aproxima perigosamente de 80% do PIB. O segundo, o que mais pesa, é puramente ideológico: Guedes, fiel à doutrina da Escola de Chicago, é totalmente favorável à ideia de que o setor privado é, por definição, melhor gestor do que o Estado e afirma que a venda de bens públicos diminuirá a corrupção. (FARIZA, 2020).

Destarte, sobre a questão do desemprego, Mészáros (2017, p. 26) expõe que “[...] no domínio da produção, o desenvolvimento da fase ascendente do capital trouxe consigo a expansão intensiva do emprego, que hoje dá lugar à perigosa tendência ao desemprego crônico”. Nesta via, atualmente, tal categoria não se limita a um “exército industrial de reserva”, assumindo, o mesmo, um caráter crônico em níveis estruturais. Tal tendência pode ser observada até mesmo nos países capitalistas mais avançados, onde as pessoas empregadas têm que suportar uma cotidiana piora de suas condições materiais de existência. Contudo,

[...] aumento acentuado das inúmeras formas de *subproletarização* ou *precarização do trabalho*, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, e *que tem se intensificado em escala mundial*, tanto nos países do *Terceiro Mundo*, como também nos países centrais. (ANTUNES, 2009b, p. 188, grifos do autor).

Ademais, o constante crescimento do exército industrial de reserva aumenta a competição e o estranhamento entre os trabalhadores, sendo necessário ao trabalhador maior eficiência em suas atividades e aprimoramento constante de suas habilidades. As pessoas empregadas precisam suportar uma piora das suas condições materiais de existência, para que tenham seus empregos ainda assegurados. Diante disso, Marx (2015b, p. 549, grifos nossos) já considerava que:

No departamento exterior da fábrica, da manufatura ou do grande estabelecimento comercial, na esfera do trabalho domiciliar, por sua própria natureza totalmente irregular e, para a obtenção de matéria-prima e de encomendas, completamente dependente do humor do capitalista – o qual se encontra, aqui, livre de qualquer preocupação com a valorização de prédios, máquinas etc., e não arrisca senão a pele do próprio trabalhador –, **cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte, degradado pela falta de trabalho.**

Posto isto, percebemos que o mercado de trabalho tende a “[...] reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente

e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.” (HARVEY, 1992, p. 144). Desta forma, o exército industrial de reserva foi de fundamental importância na fase de ascensão do capitalismo, sendo o desemprego, para muitos, um problema já resolvido. Para a ideologia burguesa, os “bolsões de desemprego” presentes nos países do Terceiro Mundo seriam superados através de “receitas e truques”, camuflados de políticas, que “magicamente” modernizariam as economias destes países, “[...] desde que as forças políticas das democracias ocidentais evitem as más ações de revolucionários criadores de problemas que têm a tendência a se opor àquela ordem” (MÉSZÁROS, 2017, p. 24-25).

Como se pode observar o capital, como metabolismo social global, agudiza a exploração do trabalhador que se torna refém de uma ordem social econômica que o priva do básico e faz com que sua força de trabalho se torne apenas mais uma mercadoria, pondo em risco até mesmo o futuro da humanidade. Todavia, ressaltamos, que o trabalho, no sentido ontológico, possui uma característica diferente da que vivenciamos atualmente, tendo sido modificada severamente ao perpassar do tempo e reproduzida de forma deturpada na sociedade capitalista.

De acordo com Mézáros (2011) é Thomas Malthus, reverendo e famoso economista inglês do final do séc. XVIII e do início do séc. XIX que teoriza o direito natural do burguês possuir sua propriedade e do proletário de trabalhar. Aqui cabe destacar o pensamento deste economista, pois muitas de suas teorias, acabaram sendo atualizadas para a contemporaneidade, de modo que em pleno séc. XXI estamos discutindo a tomada de direitos historicamente conquistados, bem como a ideia de se colocar a economia acima da vida, fato que presenciamos, atualmente, durante a pandemia da Covid-19.

É o mesmo Malthus que preconiza que a produção de alimento seguia uma tendência em crescer em progressão aritmética e a população tenderia a crescer em progressão geométrica e que em certo momento da história humana iria faltar alimento para todos, cabendo assim aos detentores da propriedade utilizarem de meios para que o alimento não acabasse, tais meios podem ser diversos, mas que sirvam de controle populacional. Guerras, doenças, epidemias, controle de natalidade, etc, essas eram algumas ideias defendidas pela teoria malthusiana do início do séc. XIX, tais alternativas são essenciais atualmente¹⁶.

Contudo, Mézáros (2011) nos adverte sobre os problemas dessa forma de pensamento que não leva em conta as especificidades de cada população e nem a forma de

¹⁶ Apesar dos cálculos equivocados feitos por Malthus, a humanidade produz atualmente o dobro, talvez mais, do que o número total de habitantes do planeta e não satisfaz as necessidades humanas.

produção de alimento em diferentes partes do mundo. Que conforme Marx (*apud* Mészáros, 2011) Malthus transformou a relação historicamente distinta em uma relação numérica abstrata, inventada do nada e que não se baseia em nenhuma lei natural e nem histórica.

Ademais, a ausência do fundamento histórico foi um dos problemas da economia clássica, expressa através de autores como Malthus, Smith e Ricardo. Os três autores tentaram explicar o novo modo de produção que estava surgindo, o modo de produção capitalista. Ao longo de suas vidas e de suas teorias idealizaram um modo perfeito de sistema, onde não houvesse falhas e que se mostrasse duradouro. Entretanto, suas teorias encontraram limites que os mesmos não conseguiam superar.

De acordo com Mészáros (2011) a principal característica da obra malthusiana era a de que o sistema capitalista, provavelmente, se manteria estruturalmente imutável, sendo sempre composto por uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores.

O sistema estabelecido de dominação estrutural, com as iníquas relações de propriedade representavam para Malthus o melhor de todos os mundos possíveis. O objetivo apologético de sua teoria era o de oferecer uma justificação racional – que, em sua opinião deveria ser visível e convincente também para a classe dos trabalhadores e para os pobres – da legitimidade e da validade da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2011, p. 311).

Mas, como fazer para que a população não se revolte quando as reclamações políticas se misturassem aos gritos de fome? Malthus, tendo sido o percussor da teoria da escassez de alimento em seu *Ensaio sobre o princípio da população* de 1798 acreditava que os pobres deveriam aceitar sua situação, pois “[...] ao enfrentar e assustar o povo com as implicações de sua fórmula mágica, apesar de absurda, até mesmo os entendimentos mais comuns seriam conquistados e se esqueceriam de seus problemas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 313). Malthus também acreditava que os seres humanos não deveriam ter direito a subsistência quando seu trabalho não puder comprar, complementando que aquele deixasse de deter o poder, deixaria de ter direito.

Mészáros (2011, p. 313) nos apresenta como absurdos foram esses pensamentos malthusianos e suas projeções.

Com relação ao crescimento da população mundial, Malthus previu que ao final do séc. XX ela seria de no mínimo 256 bilhões, e assim a relação entre a população e os meios de subsistência seria de 256 para 9; e ao fim de três séculos [no final do século XXI] ela seria de 4096 para 13.

Com suas projeções, Malthus defendia o fim da assistência social para os necessitados com a justificativa de que deveria haver o controle do crescimento populacional

para que os recursos não fossem reduzidos drasticamente. Mészáros (2011, p. 315) aponta também que, segundo o princípio da população de Malthus,

[...] os filhos adequadamente educados das classes trabalhadoras deveriam “adiar o casamento até que tenham uma boa perspectiva de ter condições de manter uma família. [...] deveriam adquirir o “hábito de poupar” e aplicar seu dinheiro nos “bancos de poupança” estabelecidos, que “permitiriam aos pobres precaver-se contra as próprias contingências”.

Vale salientar, que essas mesmas proposituras foram utilizadas pelos seguidores das ideias malthusianas e são ainda hoje, em pleno séc. XXI, discutidas e amplamente apoiadas, justamente, pelas classes de trabalhadores. É com a promessa de um lucro rápido através do investimento em poupanças privadas, em fundos de pensão e na compra de ações na bolsa que o discurso capitalista vem gerando cada vez mais adeptos entre os trabalhadores. Entretanto, como se investir quando o dinheiro que tem é o salário mínimo? A resposta está no próprio trabalhador, se ele não investe é culpa dele que não se organiza para poupar dinheiro para investir nele próprio, o que gera cada vez mais frustrações, pois em muitos casos apenas existe uma renda para a subsistência de toda uma família.

Percebemos, a partir de Mészáros (2011), que muitas das ideias do reverendo Thomas Malthus estão sendo atualizadas para a atualidade, principalmente a questão da abolição ao assistencialismo. Em face do modelo neoliberal, os capitalistas da contemporaneidade buscam a redução das barreiras do Estado, o tornando mais enxuto e mínimo possível, com a função apenas de gerente do grande capital. Ademais, devemos ter em mente que as leis da natureza, apesar de Malthus e seus seguidores não reconhecerem, são inerentemente sociais, não existe um direito natural de ser pobre e sim condições historicamente construídas que possibilitaram a criação desta condição. Desta forma,

[...] o que torna viável a esperança de enfrentamento bem-sucedido das tendências destrutivas do sistema estabelecido de reprodução sociometabólica é exatamente a circunstância de que a humanidade tem de enfrentar e colocar, sob controle racional, não as “leis inevitáveis da natureza”, mas as tendências sociais de desenvolvimento que podem ser corrigidas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 316-317).

Ao se depararem com níveis de desemprego bem maiores do que aqueles que poderiam ser contidos em “pequenos bolsões”, os defensores do capital tiveram que postular novas ideologias que contivessem aquela força de trabalho subutilizada, para que “[...] assim, a maior preocupação é a de que a força de trabalho não dê indicações de estar disposta a absorver os golpes, preferindo, ao contrário, desafiar a racionalidade de entrar nas filas de desempregados”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 324).

4 EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO UMA NOVA CONFIGURAÇÃO A FAVOR DO CAPITAL

Na presente seção desenvolveremos como a temática da educação é reproduzida pela sociedade capitalista e como a mesma é tida como a solucionadora dos problemas na sociedade. Na esteira de Mészáros (2008), buscaremos reiterar o pensamento do autor na busca de educação plena para o ser humano.

De modo a clarificar a gênese e o desenvolvimento da educação industrial no Brasil, procuramos nos pautar em autores que realizam tal resgate histórico, bem como em documentos oficiais. Por fim buscamos nesta seção, desvelar o mito da qualificação profissional e apontarmos os índices de desemprego que assolam a sociedade brasileira.

4.1 Função social da educação: a formação do trabalhador e o desemprego no contexto de crise estrutural do capital

O modo de produção capitalista se fundamenta, na exploração de uma classe sobre a outra, no capitalismo essa base faz aparecer princípios como o individualismo, o lucro e a competição. Eventualmente, suas relações poderão ser pautadas seguindo essa lógica mercadológica, portanto, inevitavelmente a educação também irá ser inserida nessa conjuntura.

A educação como é posta hodiernamente e que é transmitida para os trabalhadores pelas classes dominantes é pautada na imposição de uma alienação para o mercado de trabalho, na qual se mantenha e se reproduza o *status quo* sem a possibilidade de uma formação integral ao indivíduo, portanto, o que poderia ser utilizado como ferramenta de mudança se torna uma ferramenta para a disseminação da lógica do capital e para os interesses dos detentores do capital, o que impossibilita, atualmente, qualquer tentativa de emancipação humana que tenha a educação como carro-chefe. Outrossim, vale salientar que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35, grifos do autor).

De acordo com Mészáros (2008) no decorrer do tempo as instituições de ensinos tiveram que se adaptar às necessidades de reprodução do próprio sistema do capital. Ao longo

dessa adequação as medidas aplicadas aos trabalhadores mais pobres diferiam em muito daquelas empregadas a si próprios pelos “homens da razão”. Esses “homens da razão” a qual Mészáros (2008) se refere são aos pensadores do séc. XVIII e XIX, no qual muitos deles ou tinham posses e propriedades herdadas pela família ou exploravam o Estado de forma aberta e consciente e “pregavam” o direito natural da pobreza e a educação profissionalizante para os filhos dos trabalhadores mais pobres. Assim, para o autor certas práticas brutais, que antes eram legalizadas pelo Estado, tiveram que ser revistas “[...] não devido a considerações humanitárias [...] mas porque uma gestão dura e inflexível revelou-se um desperdício econômico, ou era no mínimo, supérflua.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 43).

É de extrema importância para que o capital assegure seu domínio em cada indivíduo, que os mesmos tomem as metas de reprodução do sistema sociometabólico do capital como suas próprias. Deste modo, Mészáros (2008) aponta que é pela educação, e aqui o autor não se refere apenas as instituições educacionais formais, mas sim a tudo que aprendemos continuamente ao longo da nossa vida, que os valores capitalistas serão internalizados nos indivíduos, de modo a reproduzirem sua lógica sistêmica. O autor complementa que as brutalidades produzidas são relegadas nesse processo, pois são muito dispendiosas para o decurso do desenvolvimento do capitalismo moderno, somente em períodos de crises agudas é que voltamos a perceber a prevalência da brutalidade e da violência para que se possa impor o conjunto de valores do sistema do capital. Logo, Mészáros (2008, p. 44-45, grifos do autor) assevera que

As instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte. Quer os indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado - das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes da própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas [...] Todavia, ao internalizar as onipresentes pressões externas, eles devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais a suas aspirações pessoais. Apenas *a mais consciente das ações coletivas* poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação.

Ademais, Mészáros (2008) assinala que a educação formal produz consenso a partir de suas próprias limitações institucionalizadas e legalmente sancionadas, de modo que a mesma não é a força primária que consolida o sistema do capital. Esperar por uma revolução, que rompa com os valores da ordem social vigente, que venha a partir da educação institucionalizada seria, conforme o autor, um milagre monumental e apenas reformando o sistema educacional vigente, mais cedo ou mais tarde, o modelo existente antes das reformas, inevitavelmente retornará.

Assim, no âmbito educacional as soluções não podem ser formais e sim essenciais, abarcando a totalidade das práticas educacionais estabelecidas socialmente. Portanto, para que se rompa com a lógica do capital, a área da educação deve sobrepor “[...] as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por alguma alternativa concreta abrangente.” (MÉSZÁROS, 2008, P. 47).

Compreendemos, assim, que objetivo principal da educação é a transmissão do conhecimento em todas as fases da vida, não apenas pelo aparelho institucionalizado desempenhado pela escola. Mézszáros (2008), ao parafrasear o filósofo grego Paracelso, profere que a *aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice*, deste modo, apenas com uma concepção ampla da educação é que se pode, através de estratégias apropriadas e adequadas ao momento histórico e dependendo do grau em que as força antagônicas estão em determinado momento. Assim,

[...] a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção e uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da “manutenção e/ou mudança [...] de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa. (MÉSZÁROS, 2008, p. 50).

A educação como é posta atualmente, internaliza nos indivíduos o modo opressivo do capital, portanto, na educação capitalista os indivíduos particulares são cotidianamente “bombardeados” de todas as direções por valores da sociedade de mercadorias como algo lógico e natural. Desta forma, a educação perpassada pela ordem estabelecida atualmente incute os valores do capital, de modo que permeiam o capitalismo como o fim da história que não pode ter suas determinações estruturais alteradas.

Outrossim, devemos entender que as bases do próprio trabalho, são historicamente alienantes, deste modo, as determinações oriundas do mesmo já surgem alienadas, o que é verdade sobre a própria educação. Ao resgatar Marx, Mézszáros (2008, p. 60) acrescenta que [...] pelo próprio trabalho é possível *superar a alienação* com uma *reestruturação radical* das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser”.

A respeito da alienação do trabalho, Marx (2009) aponta que a mesma surge a partir da relação entre a burguesia e proletariado. Tal relação, produz mais riquezas e luxos para os burgueses ao mesmo tempo que produz maiores privações e miséria aos trabalhadores, tendo como agravante que é o próprio proletário, por estar alienado a situação que se encontra, que produz suas próprias privações. Desta forma, quanto mais o trabalho se torna mais efetivo, mais

o trabalho está se desfetivando enquanto indivíduo partícipe do gênero humano. Ademais, para Marx (2009, p. 79) “[...] no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade”.

Portanto, para o capital, o trabalhador nada mais é do que uma mercadoria como outra qualquer, pois segundo o próprio Marx (2009) com a valorização do mundo das coisas aumenta proporcionalmente a desvalorização do mundo dos homens. Assim, na sociedade do capital a medida que o trabalho produz mercadorias em geral, produz a si mesmo e ao trabalhador com uma mercadoria. Desta forma, percebemos em Marx (2009) quatro aspectos do estranhamento, quais sejam: 1) o trabalhador e o produto do seu trabalho; 2) o trabalhador e o processo de produção; 3) o trabalhador e a natureza; 4) o trabalhador se estranha enquanto indivíduo.

Ao estranhar o produto do trabalho, o trabalhador não reconhece que aquela atividade produz frutos derivados da força de trabalho que o mesmo realizou. Ao estranhar o processo de produção o trabalhador não reconhece mais seu trabalho como um meio satisfatório e sim uma obrigação. Assim, ao estranhar o produto e o processo de produção o trabalhador acaba por estranhar a si próprio e seu próprio gênero humano.

De acordo com Marx (2015a, p. 84)

Consequentemente, quando é negado ao homem o produto de sua atividade também lhe é negado, na mesma via, sua efetiva objetividade genérica. Sendo assim, para Marx (Ibidem), [...] na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual.

Diante do exposto, e para que possamos entender como se constitui uma prática educadora emancipatória, tomamos como exemplo os cinco requisitos apresentados por Tonet (2005). O primeiro, seria o fim maior da educação nos moldes como conhecemos, para tanto o conhecimento da atividade emancipadora deve ser o mais profundo e sólido possível, pois não se admite, aqui, ideias vagas e esquemáticas. Tal conhecimento, na atual forma de sociabilidade, é dificultado pelo discurso progressista, que é permeado por falácias e que infunde na sociedade capitalista, discursos como o do desenvolvimento de modo sustentável, dentro de uma lógica altamente destrutiva. Outrossim, “[...] o fato de que a crise aguda vivida atualmente por esta forma de sociabilidade, em todas as esferas, não permite separar, com clareza e tranquilidade, o que se situa na perspectiva do capital ou na perspectiva do trabalho.” (TONET, 2005, p. 229).

Um segundo requisito, de acordo com Tonet (2005), seria a apropriação do conhecimento do processo histórico real, pois uma ação com um fim proposto deve ser pautada em um conhecimento do processo real e em situações que se desenvolvam de forma concreta, “[...] uma ação educativa eficaz – em direção ao fim proposto – tem que nutrir-se de um conhecimento efetivo do processo real.” (TONET, 2005, p. 232).

O terceiro requisito para que a atividade educadora emancipatória possa se concretizar, conforme o autor, se fundamenta no conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação, ou seja, “[...] um conhecimento que permita o cumprimento da função específica da educação na construção desta nova forma de sociabilidade.” ((TONET, 2005, p. 233). Desta forma, o caminho mais certo é a partir da formulação de uma conceituação ontologicamente fundada, adequadamente articulada ao objetivo maior, o de alcançar uma sociedade verdadeiramente emancipada.

O quarto requisito, destacado por Tonet (2005), está no domínio dos conteúdos específicos, necessitando, para tanto, que o educador demonstre um nível de saber vultoso próprios de cada área do saber. Ademais, “[...] a efetiva emancipação da humanidade implica na apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje.” (TONET, 2005, p. 234).

O quinto e último requisito para que possamos pensar uma atividade educativa emancipadora, “[...] está na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva.” (TONET, 2005, p. 235). Em outros termos, a atividade educativa, por si só, é ineficaz sem que haja a efetiva apropriação das objetivações que constituem o patrimônio da humanidade pelas classes subalternas para se opor a hegemonia do capital.

Feitas devidas considerações, percebemos que a educação como um complexo de toda a humanidade, foi utilizada como uma forma de distanciar as classes sociais, sendo utilizada em sua plenitude apenas por alguns poucos. A educação é um meio pelo qual o ser humano pode alcançar conhecimentos e plenitude para além da educação institucionalizada, portanto a educação formal é apenas a “ponta do iceberg” deste complexo. Os reformismos parciais e as falsas falácias de setores sociais de cunho progressistas utilizam a educação como meio redentora dos problemas do mundo, entretanto não ultrapassam o discurso, pois o próprio sistema impõe limites a tais sofismas. Ademais, compreendemos que a educação se torna, um instrumento de suma importância na luta do proletário para almejar uma transformação completa e radical da atual forma de sociabilidade, oferecendo meios para superar a soberania do modelo econômico e político vigente.

4.2 Gênese e desenvolvimento da educação industrial no Brasil

A indústria brasileira, no início do século XX era baseada, principalmente, conforme Marson (2015), em uma economia primário-exportadora que acompanhava as tendências agrícolas iniciadas nos anos de 1870 com a produção de insumos, principalmente no que hoje é a região Sudeste, mais precisamente em São Paulo, com máquinas que processassem e beneficiassem café, arroz, moinhos de farinhas e máquinas para manufaturar açúcar.

Este tipo de produção não se alterou de modo substancial com o passar do tempo, contudo com o estopim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), de acordo com Lessa (2014), a oligarquia brasileira entrou em crise, pois a exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados, que era a base da economia brasileira da época, foram bruscamente interrompidas. Contudo, esse panorama não perdurou por muito tempo, pois a economia dos países em guerra “[...] restabeleceu e ampliou as exportações de bens primário brasileiros.” (LESSA, 2014, p. 28). Como as importações de matérias-primas decaíram, surgiram, por todo o país, pequenas indústrias, bem como pequenas oficinas, que aproveitavam principalmente do ferro-velho para reparos de maquinário nacional, basicamente fundindo o ferro, conforme Marson (2015). Lessa (2014, p. 28-29), complementa, que apenas pelo efeito colateral da guerra, e pela circunstância que as classes mais abastadas do Brasil se encontravam na época foi que o país pode ensaiar sua industrialização.

Não nos industrializávamos por um mercado mundial nem com base em acúmulo secular de capital que foi o essencial da Acumulação Primitiva; nossas indústrias surgiram para atender ao consumo, em pequena escala, difuso pelo enorme território, de uma classe dominante muito pequena e em um país que nem sequer contava com um significativo setor de assalariados não proletários (as “classes médias”).

Ademais, de acordo com Lessa (2014), foi apenas por esse impulso, proveniente da Primeira Guerra Mundial, que surgiu no Brasil o primeiro proletariado industrial. Conforme o autor, a primeira classe proletária no Brasil foi composta, principalmente por mão-de-obra italiana, pois nacionalmente não possuíamos trabalhadores que conhecessem ou que já tivessem tido contato com os processos industriais. Essa classe operária de origem italiana, foi trazida para o país para trabalhar como assalariados no setor cafeeiro. E em decorrência desse proletariado italiano, que tinham tradição na luta anarquista, foi que ocorreram os primeiros confrontos com um patronato, que apesar dos recursos não possuíam a experiência de como

lidar com o proletário. “Ou seja, um proletariado pequeno e mal organizado, mas herdeiro de algumas das tradições de luta dos operários da Europa, confrontou-se com uma burguesia recém-surgida e com fortes ranços oligárquicos.” (LESSA, 2014, p. 29).

Com o fim da primeira guerra a situação econômica brasileira voltou a “normalidade”, entretanto enquanto o cenário global era marcado pela consolidação dos modelos fordista e taylorista nas fábricas norte-americanas e europeias e “[...] enquanto nos países imperialistas eram dados passos para a aliança entre a aristocracia operária, os assalariados não proletários e a burguesia, sob a liderança dos sindicatos e partidos reformistas” (LESSA, 2014, p. 29), no Brasil o caminho era totalmente distinto. De acordo com Lessa (2014), no Brasil a queda dos preços do café e de outras matérias-primas em relação aos produtos industrializados, denunciavam a necessidade de se produzir mais-valia absoluta com o intuito de ser acumulada no centro do capital nacional. Entretanto, com as sucessivas crises da dívida externa e as diversas disputas entre os grupos oligárquicos, a “política do café com leite” não mais se sustentou e com o estopim da crise de 1929, a República Velha chegava ao seu fim.

A superprodução de mercadorias, que marcou o *American Way Life* dos anos de 1920, além da especulação oriunda desse momento de segurança econômica nacional criaram uma bolha na bolsa de valores norte-americana, o que ocasionou o *crack* na bolsa de Nova York no ano de 1929, afetando a economia de diversos países ao redor do mundo. Essa situação iria contribuir para a ascensão de movimentos nacionalista nos anos de 1930 na Itália e na Alemanha. A Grande Depressão foi ainda mais traumática para os países capitalistas afetados, pois a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao romper com o capitalismo ocidental em 1917, não foi afetada pela crise.

Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego. (HOBSBAWM, 1995, p. n.p).

Ademais, de acordo com Lessa (2014), a crise de 1929 perdurou até o ano de 1939, período em que eclodiu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No Brasil, o período entre a crise e a guerra, foi marcado por mudanças aceleradas na sociedade e na indústria. Durante os anos de crise que antecederam a guerra, de 1929 a 1939, a economia brasileira teve que modificar radicalmente o modelo agroexportador. Conforme Martins e Krilow (2015) desde a

proclamação da República que o Brasil tinha criado laços com os EUA, o que acarretou de mais de 80% da produção nacional de café produzida nacionalmente ser exportada para os EUA. Na fase inicial da Grande Depressão, o café representava 71% das exportações brasileira.

A partir da Revolução de 1930¹⁷, a indústria nacional precisou se adaptar rapidamente a esse novo cenário global, tanto para escapar da crise, como, posteriormente, da guerra, o país precisava de uma economia que não dependesse de um mercado externo tão oscilante. Ademais, com o início da segunda guerra o país sofreu novamente com a impossibilidade das exportações dos bens primários e com importação de produtos industrializados dos países em guerra. O que, por sua vez, impulsionou o processo de industrialização nacional, estimulando a produção e a retomada da “[...] industrialização com capitais locais, voltada ao mercado local e produzindo bens de consumo.” (LESSA, 2014, p. 32), que necessitavam de mão-de-obra local especializada para o manuseio do maquinário que estava sendo implementado. De acordo com Romanelli (2014), esse período foi marcado pela rápida industrialização, no qual se abandonou o sistema tradicional de indústria e se implementou o modelo de substituição de importações¹⁸.

Por conseguinte, Romanelli (2014) assinala que o sistema educacional no Brasil daquele período, não possuía infraestrutura necessária para implementar uma educação profissional. As classes médias que impulsionavam o sistema educacional, não se interessavam por uma educação profissional de grau médio, pois visavam, principalmente o ensino secundário e o ensino superior, de modo, a manterem sua posição privilegiada na sociedade ou que pudessem ascender socialmente por meio de um ensino mais completo, atingindo, sobretudo, um maior grau prestígio social.

Apesar de algumas reformas no sistema educacional, a profissionalização do trabalhador não supria a demanda que o setor industrial necessitava. Deste modo, o governo publicou o Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que

[...] criava, então o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, “cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem”. (ROMANELLI, 2014, p. 171).

¹⁷ A Revolução de 1930 no Brasil, marca o fim do domínio das oligarquias na política nacional. Sobre o comando do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) com o intuito de tornar o Brasil uma “nação forte” o país passa por diversas mudanças: como a industrialização e a incorporação de práticas capitalista.

¹⁸ O modelo de substituição de importações é caracterizado por medidas protecionistas, de modo que, o país aumenta sua produção interna e diminui suas importações.

Outrossim, Romanelli (2014) destaca que para complementar a regulamentação criadora do SENAI, foram elaborados mais dois decretos, quais sejam: 1) Decreto nº 4.481, de 16 de julho de 1942¹⁹; 2) Decreto nº 4.436, de 7 de novembro de 1942²⁰. A primeira resolução dispunha sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos industriais empregarem de 5% a 15% dos operários existentes em seu contingente como aprendizes no SENAI, das quais seus ofícios necessitem de formação profissional. Na mesma norma é estabelecido que terão preferência para admissão como aprendizes primeiramente os filhos com idade mínima de 14 anos²¹, incluindo os órfãos, e em segundo lugar os irmãos dos empregados. Romanelli (2014) destaca que o decreto também estipula que os cursos funcionassem no horário de trabalho e que os alunos estavam obrigados a frequência dos cursos que estivessem matriculados. Já a segunda resolução,

[...] **ampliava o âmbito das ações do Senai**, determinando que sua rede de escolas profissionais atingissem também o **setor dos transportes, das comunicações e da pesca**. Determinava ainda que essas **escolas passassem a ministrar**, além dos cursos de **aprendizagem, o ensino de continuação, aperfeiçoamento e especialização**, o que significa uma **ampliação de duas ordens**: em **primeiro** lugar, quanto aos **setores de produção**, a **qualificação de pessoal em várias áreas de trabalho**, tendo como consequência uma **diversificação maior de seus cursos**; em **segundo** lugar, a **ampliação**, quanto aos **níveis de cursos**, com a **inclusão do aperfeiçoamento e especialização** e, portanto, com a **possibilidade da reciclagem profissional e da formação de professores**. (ROMANELLI, 2014, p. 171, grifos nossos).

É importante destacar que, as normas estabelecidas na década de 1940, que dizem respeito a qualificação profissional, continuam em voga, com as devidas atualizações que

¹⁹ Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres dos empregadores e dos aprendizes relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4481.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20No%204.481,aprendizagem%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 04 dez. 2019.

²⁰ Amplia o âmbito de ação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4936-7-novembro-1942-414954-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Amplia%20o%20%C3%A2mbito%20de%20a%C3%A7%C3%A3o,o%20artigo%20180%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C&text=3%C2%BA%20A%20obriga%C3%A7%C3%A3o%20decorrente%20do,6%C2%BA%20do%20decreto%2Dlei%20n>. Acesso em: 04 de. 2019.

²¹ De acordo com o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (CF/88) é considerado como menor trabalhador indivíduos na faixa de 16 a 18 anos. A partir dos 14 anos é admissível o Contrato de Aprendizagem, que deve ser estabelecido por escrito e com prazo determinado conforme artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (CLT/43). O jovem aprendiz deve atingir diversos requisitos a serem observados pelo empregador, tais como: o contrato de aprendizagem; a jornada de trabalho; as atividades que podem ser exercidas; e a inscrição do empregador e do menor em programa de aprendizagem e formação técnico-profissional. O trabalho do menor aprendiz não pode influenciar ou prejudicar a sua formação, desta forma, o local de trabalho não pode ser insalubre, de maneira, que não afete seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Por estar em fase de formação, a necessidade de trabalhar deve ser realizada em horários e locais que não influenciem na frequência à escola ou no convívio familiar, possibilitando, futuramente, condições necessárias para se integrar à sociedade economicamente ativa.

acompanharam o mercado de trabalho no perpassar do tempo. De acordo com Brasil (2013) para que se possa acompanhar essas atualizações no mercado de trabalho, os empregadores devem considerar a Classificação Brasileira de Ocupações²² (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Contudo, vale salientar, que os objetivos da uniformização pela CBO são apenas de ordem administrativa, não se estendendo as relações de trabalho. A regulamentação das profissões é realizada por meio de lei, apreciada pelo Congresso Nacional, em que os Deputados e Senadores avaliam e aprovam, sendo, posteriormente, levada para sanção do Presidente da República.

Em relação ao menor aprendiz, Brasil (2013) assinala que, *a priori*, o maior de 14 anos pode desempenhar todas as atividades que um adulto realiza, contanto que esteja acompanhado de um empregado que o monitore, estando o mesmo responsável pela coordenação de exercícios práticos e pelas atividades do aprendiz no estabelecimento, de acordo com o programa de aprendizagem da empresa.

A formação técnico-profissional do jovem aprendiz se caracteriza por atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho e organizadas em tarefas com grau de complexidade progressiva. As atividades vedadas aos menores estão relacionadas na lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), previstas pelo Decreto nº 6.481/2008²³, que regulamentou a Convenção 182²⁴ da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A lista pode ser observada no Anexo I, onde se encontram diversas atividades, tais como: agricultura, pecuária, indústria de transformação, dentre outras. A lista também relaciona os prováveis riscos que as atividades podem causar aos jovens aprendizes, bem como as repercussões à sua saúde.

²² A responsabilidade da elaboração e atualização da CBO é do MTE, sua base legal se encontra nas Portarias nº 3.654, de 24.11.1977, nº 1.334, de 21.12.1994 e nº 397 CBO 2002. A CBO, de acordo com o MTE é referência obrigatória para que os empregadores tenham acesso aos registros administrativos que informam os mais diversos programas da política de trabalho do País. As estatísticas de emprego-desemprego, podem ser encontradas na CBO, a mesma serve de base também para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para que assim possam ser planejadas as reconversões e requalificações ocupacionais, a elaboração de currículos, o planejamento da educação profissional, o rastreamento de vagas, os serviços de intermediação de mão-de-obra. De acordo com o MTE, a edição mais recente, instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, utiliza uma nova metodologia de classificação, possuindo a finalidade de atualizar e revisar completamente o conteúdo da CBO. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho brasileiro. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

²³ Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm.

²⁴ Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm.

O trabalho doméstico também se encontra no rol de atividades proibidas, pois submete o jovem aprendiz a riscos ocupacionais como esforços físicos intensos, isolamento, abuso físico, psicológico e sexual, longas jornadas de trabalho, calor, exposição ao fogo, sobrecarga muscular, e posições anti-ergonômicas, entre outros. (BRASIL, 2013).

É importante destacar que apesar dessa lista estabelecer normas para o menor aprendiz devidamente contratado, o trabalho infantil não vai deixar de existir no Brasil. Apesar do documento normatizar e proibir diversas atividades, a realidade se mostra muito mais cruel muitas. Conforme a OIT

O trabalho infantil é ilegal e priva crianças e adolescentes de uma infância normal, impedindo-os não só de frequentar a escola e estudar normalmente, mas também de desenvolver de maneira saudável todas as suas capacidades e habilidades. Antes de tudo, o trabalho infantil é uma **grave violação dos direitos humanos e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho**, representando uma das principais antíteses do trabalho decente.

O trabalho infantil é **causa e efeito da pobreza e da ausência de oportunidades para desenvolver capacidades**. Ele impacta o nível de desenvolvimento das nações e, muitas vezes, **leva ao trabalho forçado na vida adulta**. Por todas essas razões, a eliminação do trabalho infantil é uma das prioridades da OIT. (ILO, 2020, grifos nossos).

Na figura 1, podemos ter uma melhor noção de como o trabalho infantil impactou a vida de milhões de crianças e adolescentes ao redor do mundo no ano de 2016.

Figura 1 – Fatos e números globais do trabalho infantil

- Em 2016, 152 milhões de crianças entre 5 e 17 anos eram vítimas de trabalho infantil no mundo - 88 milhões de meninos e 64 milhões de meninas.
- Quase metade dessas crianças (73 milhões) realizavam formas perigosas de trabalho, sendo que 19 milhões delas tinham menos de 12 anos de idade.
- O maior número de crianças vítimas de trabalho infantil foi encontrado na África (72,1 milhões), seguida da Ásia e do Pacífico (62 milhões), das Américas (10,7 milhões), da Europa e da Ásia Central (5,5 milhões) e dos Estados Árabes (1,2 milhões).
- O trabalho infantil está concentrado principalmente na agricultura (71%), seguida do setor de serviços (17%) e do setor industrial (12%).
- O fato de que a maior parte (58%) das crianças vítimas de trabalho infantil eram meninos pode refletir uma subnotificação do trabalho infantil entre as meninas, principalmente com relação ao trabalho doméstico infantil.

Fonte: ILO (2020), por meio das estimativas globais de trabalho infantil: resultados e tendências 2012-2016.²⁵

²⁵ Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_575499/lang--pt/index.htm

Na figura 2, observamos um resumo do número de crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil. Dentre as informações, vemos que no ano de 2015, 2,7 milhões de crianças e adolescentes ainda se encontravam em situação de trabalho infantil.

Figura 2 – Fatos e números totais do trabalho infantil no Brasil

- Entre 1992 e 2015, 5,7 milhões crianças e adolescentes de cinco a 17 anos deixaram de trabalhar no Brasil, o que significou uma redução de 68%.
- Entretanto, ainda há 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no país.
- 59% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são meninos e 41% são meninas.
- A maioria da população ocupada entre cinco e 17 anos está nas regiões Nordeste (852 mil) e Sudeste (854 mil), seguidas das regiões Sul (432 mil), Norte (311 mil) e Centro-Oeste (223 mil).
- Todas as regiões apresentam maior incidência de trabalho infantil em atividades que não são agrícolas, exceto a região Norte.
- A maior concentração de trabalho infantil está na faixa etária de 14 a 17 anos (83,7%).
- O trabalho infantil entre crianças de cinco a nove anos aumentou 12,3% entre 2014 e 2015, passando de 70 mil para 79 mil.

Fonte: ILO (2020), por meio da PNAD 2015.²⁶

De acordo com a *International Labour Organization*²⁷ (ILO, 2017),

152 milhões de crianças - 64 milhões de meninas e 88 milhões de meninos - estão sujeitas ao trabalho infantil e são responsáveis por quase uma em cada dez crianças em todo o mundo. O maior número de crianças de 5 a 17 anos envolvidas no trabalho infantil foi encontrado na África (72,1 milhões), seguido pela Ásia e Pacífico (62 milhões), Américas (10,7 milhões), Europa e Ásia Central (5,5 milhões) e os Estados Árabes (1,2 milhão). Aproximadamente um terço das crianças de 5 a 14 anos envolvidas no trabalho infantil estão fora do sistema educacional. 38 por cento das crianças em trabalhos perigosos com idades entre 5 e 14 anos e quase dois terços das crianças com 15-17 anos trabalham mais de 43 horas por semana.²⁸

²⁶ Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_575499/lang--pt/index.htm

²⁷ Organização Internacional do Trabalho, em tradução livre.

²⁸ 152 million children – 64 million girls and 88 million boys – are subject to child labour and account for almost one in ten children around the world. The highest number of children aged 5 to 17 engaged in child labour were to be found in Africa (72.1 million), followed by Asia and the Pacific (62 million), the Americas (10.7 million), Europe and Central Asia (5.5 million) and the Arab States (1.2 million). Approximately one third of children aged 5 to 14 engaged in child labour are outside the education system. 38 per cent of children in hazardous work aged 5 to 14 and almost two-thirds of those aged 15-17 work more than 43 hours per week. (ILO, 2017).

Apesar de tais dados, muitos avanços foram conseguidos nos últimos anos, entretanto, com a crise da COVID-19, o quadro da pobreza para as pessoas que já se encontravam em situação de vulnerabilidade aumentou, o que pode vir a culminar em uma reversão dos anos de avanço no combate ao trabalho infantil. De acordo com organizações internacionais como ONU e ILO, o fechamento de escolas pode ter agravado ainda mais tal situação, e pode ter levado milhões de crianças a trabalharem para contribuir com a renda familiar, a pandemia também tornou mulheres, homens e crianças mais vulneráveis à exploração.

Feita as devidas considerações, Romanelli (2014) destaca que a educação oficial da década de 1940 no Brasil, não conseguia acompanhar a rápida procura por mão-de-obra especializada e qualificada para suprir a expansão econômica que ocorria na época. Deste modo, o treinamento específico ou com uma qualificação mais elevada para determinadas áreas ficou a cargo das empresas a partir de um “ensino paralelo” ao ensino oficial. Por conseguinte, a autora destaca que as camadas mais populares da população buscavam a formação mais aligeirada proporcionada por esse “ensino paralelo”, devido entre outros fatores, ao imediatismo de suas condições. Já o sistema oficial de ensino, seja a educação secundária ou superior, continuou dominada pelas elites, e em certo grau, pela classe média.

[...] A manutenção desse dualismo, ao mesmo tempo que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade de a sociedade controlar a expansão do ensino das elites, limitando o acesso a este às camadas médias e altas e criando “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema”, se estas lhe fossem acessíveis. (ROMANELLI, 2014, p. 174).

A partir da década de 1960, de acordo com Santos (2017), a Teoria do Capital Humano²⁹ passa a influenciar diretamente a esfera escolar, principalmente, nos países periféricos. Tal teoria, ganhou destaque no Brasil a partir da introdução da pedagogia tecnicista nas décadas de 1960 e 1970, período marcado pelo início do regime militar.

Essa teoria tem como pressuposto a ideia de que possibilitar um aumento da instrução para a classe trabalhadora aumentaria em igual proporção a capacidade de produção. Em outras palavras, desenvolver o capital humano, para ele, seria possibilitar o acesso à educação para que sejam desenvolvidos os conhecimentos necessários para aumentar a capacidade produtiva. (FRERES, GOMES, BARBOSA, 2015, p. 72).

²⁹ A Teoria do Capital Humano tem como principal formulador o economista da escola de Chicago, Theodore William Schultz (1902-1998). Tal teoria tem como principal hipótese a de que ao se aumentar a instrução do trabalhador, conseqüentemente, irá aumentar a capacidade produtiva do mesmo. Deste modo, quanto mais qualificado o trabalhador estiver maior será seu desempenho, corroborando para o processo de educação continuada.

Desta forma, a educação agiria com a atividade que possibilitaria o treinamento necessário e a formação adequada para o trabalho, gerando a redução das desigualdades sociais. Entretanto, Freres, Gomes e Barbosa (2015, p. 74),

É com a missão divinal de diminuir as desigualdades sociais que a educação foi organizada nas últimas décadas do século XX. É nesse contexto que a Teoria do Capital Humano foi rejuvenescida como uma teoria que articula trabalho e educação para o desenvolvimento econômico dos países e dos indivíduos (desde que sejam qualificados), ganhando nova configuração e jogando sobre a educação o peso da responsabilidade pela “solução” dos problemas gerados pelo capital.

Deste momento em diante, o Estado passa a promover de forma mais ampliada, no campo educativo, “[...] a mercantilização do ensino e intensificação das parcerias entre as esferas público e privada.” (SANTOS, 2017, p. 208). Lessa (2014) destaca que foi neste período, entre os anos de 1960 e 1970, que o Brasil conheceu seu primeiro centro industrial, situado no ABC paulista³⁰, esse grande polo industrial brasileiro era responsável por grande parte da produção industrial no Brasil.

A grande novidade da ressignificação da qualificação/requalificação da formação do trabalhador seria agora a possibilidade, assegurada por lei e defendida ideologicamente, de um ramo específico para a profissionalização no Ensino Superior (ES) não universitário, visto que, ao longo da história [...] o ES foi obstaculizado aos trabalhadores e seus filhos. No entanto, com as novas ideologias neoliberais orientadas pelas agências multilaterais, o ES, mesmo que em sua versão precarizada, é enfim, ofertado aos trabalhadores e seus filhos. (SANTOS, 2017, p. 239). Vale salientar que o ensino superior não universitário foi intensificado pelo governo Lula com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em cerimônia no Palácio do Planalto, no dia 22 de janeiro de 2007.³¹

³⁰ O ABC paulista é uma região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo, incorpora parte da região metropolitana do município São Paulo. A sigla vem das três cidades que, originalmente, formavam a região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C).

³¹ Em abril de 2007 o governo lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), imediatamente renomeado de PAC da Educação. O programa foi elogiado e traz como premissa a necessidade de abranger todo o sistema educacional brasileiro - desde a infância à pós-graduação. Em maio de 2007 o governo anunciou o PAC da Segurança, ou seja, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Este programa tem como objetivo desenvolver ações para reduzir os índices de criminalidade nas 11 regiões mais violentas do Brasil, integrando políticas sociais com medidas de reabilitação da força policial, o programa passa por iniciativas que envolvem o policial, a melhoria no sistema penitenciário e a reabilitação de jovens infratores. Em dezembro de 2007, depois de anunciar que utilizaria o modelo de urbanização de favelas do Rio de Janeiro como padrão, em março de 2008 anunciou no PAC das Cidades programas especiais voltados para a urbanização de favelas e construção de moradias populares. Em outubro de 2009, anunciou em Ouro Preto, Minas Gerais, o PAC das

Leher (1999) assinala que a partir das manifestações da crise estrutural do capital se tornando cada mais nítidas a partir da década de 1970, o Departamento de Estado norte-americano passou por mudanças em sua orientação tática, colocando um de seus agentes, Robert S. McNamara como presidente do Banco Mundial. Deste ponto em diante, as diretrizes do Banco Mundial se voltaram cada vez mais para a educação, com o intuito de se alterar propósitos nas políticas educacionais em países periféricos. De acordo com Leher (1999), as principais razões para que o Banco Mundial começasse a interferir nas políticas educacionais, foi em grande parte atribuída a Guerra Fria e ao grande fracasso na invasão ao Vietnã.

As novas áreas de atuação do Banco Mundial os riscos em investimentos aumentam em relação aos tradicionais investimentos em infra-estrutura. Desta forma, o Banco Mundial promoveu, mudanças significativas em sua própria organização de modo a ampliar seu corpo técnico e “[...] transformando-se no maior centro mundial de informações a respeito do desenvolvimento.” (LEHER, 1999, p. 23). O autor complementa que a influência do Banco contribuiu para que muitos países da periferia do capital, não se rendessem a influência soviética.

A partir da década de 1990, o sistema educativo brasileiro assume uma configuração mais meticulosa no que diz respeito a concepção empresarial. Por meio de diretrizes orientadas pelos organismos multilaterais, que agora utilizam a educação como a nova panaceia da humanidade, diversas reformas foram instituídas no âmbito educacional. É nesse período que a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, é aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia que ocorreu de 5 a 9 de março de 1990, tendo como principal patrocinador o Banco Mundial. A mesma é um marco na história das políticas públicas educacionais, tendo em vista que o documento atingiu diretamente diversos países emergentes, tendo um grande impacto no contexto educacional brasileiro pois, de acordo com Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), respaldou o governo federal a incentivar reformas educacionais, por meio do investimento de recursos internacionais na educação. Além da Declaração de Jomtien, a conferência de Nova Dehli do ano de 1993 e o Marco de Ação de Dakar do ano 2000, fomentaram o conceito de Educação para Todos na década de 1990.

As autoras destacam três pontos decisivos dessas três declarações internacionais:

[...] primeiro, a reforma educacional dos anos 1990 no Brasil está atrelada à reforma do Estado, que, por sua vez, articula-se à dinâmica do capitalismo na última metade do século XX, marcada por uma crise de caráter estrutural; segundo, nesse contexto, os instrumentos internacionais de Educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de largo espectro com base na noção de crise educacional e de sua auto-solução (a educação redimiria a si própria); por fim, a crise educacional é entendida como uma defasagem entre as exigências do sistema produtivo e as possibilidades do sistema. (Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo, 2015, p. 26).

A educação profissional, no Brasil, está relacionada a todos os segmentos de cursos de formação profissional estipulados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tal lei, define três modalidades de educação profissional e tecnológica: 1) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; 2) técnica de nível médio; 3) tecnológica de graduação e pós-graduação.

Já em seu artigo 2º a LDB/1996 designa que,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por **finalidade o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o **exercício da cidadania** e sua **qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1996, grifos nossos).

A lei também estipula em seu artigo 36, § 6º, que:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e **fazendo uso**, quando aplicável, **de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional**;
II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (BRASIL, 1996, grifos nossos).

No artigo 40, da LDB/96, é estipulado que a educação profissional irá se desenvolver por três vias: 1) a partir de uma articulação entre o ensino regular; 2) por diferentes estratégias de educação continuada; 3) instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Observamos, que a lei regula, justamente, a busca incessante do trabalhador pela busca de se qualificar profissionalmente, deixando margem para que se o mesmo não tiver empregado é por causa da sua insuficiência em se qualificar.

No ano de 2011 o Governo Federal brasileiro lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), regulado pela lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, “[...] com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por

meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.” (BRASIL, 2011). No artigo 1º da lei são traçados os objetivos do Pronatec, quais sejam³²:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de **educação profissional** técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e **programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional**; **II - fomentar e apoiar** a expansão da **rede física de atendimento da educação profissional** e tecnológica; **III - contribuir** para a **melhoria da qualidade** do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; **IV - ampliar** as **oportunidades educacionais dos trabalhadores**, por meio do **incremento da formação e qualificação profissional**; **V - estimular** a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a **oferta de cursos de educação profissional e tecnológica**. **VI - estimular** a articulação entre a **política de educação profissional e tecnológica** e as **políticas de geração de trabalho, emprego e renda**. (BRASIL, 2011, grifos nossos).

De acordo com o Art. 2º da lei, o Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - trabalhadores; III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. (BRASIL, 2011).

Por trabalhadores, a lei complementa que se incluem nessa categoria agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Além de estimular a inclusão de pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica que sejam desenvolvidas pelo Pronatec “[...] observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.” (BRASIL, 2011)

Em seu artigo 4º, inciso IV a lei estipula a oferta de bolsa-formação para as pessoas contempladas pelo Pronatec, a bolsa pode ser fornecida aos estudantes ou para os trabalhadores. O custeio do Pronatec, fica a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador³³ (FAT) instituído pela lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, em seu artigo 10 que se destina, “[...] ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico.” (BRASIL, 1990).

³² Instituições públicas de graduação, a exemplo da UECE, também se envolveram com o Pronatec no oferecimento de cursos profissionalizantes em nível médio para os filhos da classe trabalhadora.

³³ O Fundo de Amparo ao Trabalhador “É um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. [...] A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social – PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970.” Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/codefat/resolucoes-2/resolucoes-por-assunto/geracao-de-emprego-e-renda/linhas-de-creditos-especiais/fat-giro-cooperativo-agropecuario/sobre-o-fat/>.

Constituem recursos do FAT, de acordo com o artigo 11

I - o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep; II - o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações; III - a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos; IV - o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal. V - outros recursos que lhe sejam destinados. (BRASIL, 1990).

Feitas as devidas considerações, percebemos que a industrialização brasileira, resultado de uma série de fatores econômicos globais e tensões oriundas das grandes guerras mundiais ocorridas em um intervalo de pouco mais de 30 anos, obrigaram a burguesia nacional, bem como o Estado brasileiro a criarem, forçadamente, políticas de qualificação e aperfeiçoamento profissional para os trabalhadores de um modo aligeirado e que suprisse a rápida industrialização que estava em curso. Tais políticas foram responsáveis pela instituição de leis que regulassem a educação profissional no Brasil, essas legislações que foram adaptadas ao longo do tempo chegando até os dias atuais, ao criarem um sistema de ensino dual, ampliaram de forma vertiginosa a discriminação entre os tipos de ensino existente no país, bem como intensificaram a desigualdade social, que assola nossa sociedade.

Por fim, entendemos que essas legislações surgiram, justamente, para tratar diferentemente cada forma de ensino, o que contribui, sobremaneira, para a ruptura da classe trabalhadora, tendo como reflexo mais imediato a perda de direitos historicamente conquistados. Notamos também, que apesar de todo o esforço do capital global, e do capital nacional, com vistas ao atendimento de suas demandas por mão-de-obra, mostram-se incapazes de pensar a educação como uma saída para o desemprego, uma vez, que na lógica desse sistema, o pleno emprego é ilusão. Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento presente nesse discurso figura como igualmente ineficaz para a diminuição dos índices de desemprego relacionados a qualificação profissional, como veremos a seguir.

4.3 Qualificando para o desemprego: novas configurações a favor do capital

A qualificação profissional ou formação inicial e continuada é a modalidade da educação profissional que se destaca por ter cursos de curta duração que, na maioria das vezes, não requerem um nível de escolaridade mínima para frequentá-los, sendo, desta forma, a modalidade mais procurada pela população em geral. Tais cursos, podem ser ofertados pela

rede pública, bem como pela rede particular de ensino, podendo ser oferecido, inclusive, pelo empreendimento que o trabalhador se encontra empregado.

Ademais, buscaremos, na presente subseção, analisar indicadores em documentos oficiais de agências de pesquisas nacionais dados sobre como se configurou a qualificação profissional dos trabalhadores entre os anos de 2009 a 2020, com o intuito de apreciarmos como a qualificação profissional se comportou durante um período turbulento em nosso país.

Entendemos ser de suma importância analisarmos os índices de desemprego durante esse período para que possamos assim traçar um paralelo entre a oferta e a procura de cursos de qualificação profissional. Sobre os índices de desemprego no ano de 2020, analisaremos dados até o terceiro trimestre, tendo em vista o prazo final para finalização do presente trabalho. Dentro desse contexto, observaremos, também, quais os impactos que a pandemia de Covid-19 vem causando ao mundo do trabalho no ano de 2020.

A escolha por esse recorte temporal visa contextualizar os índices de desemprego no Brasil e seu reflexo na qualificação profissional no país, após a última crise econômica enfrentada. A crise do sistema imobiliário norte-americano do ano de 2008, resultou em novas configurações para o mundo do trabalho, de modo que trabalhadores ao redor do globo precisaram se adaptar a essa nova realidade. No Brasil, tal crise pode ser sentida, de modo mais perceptível, a partir da segunda metade de 2014, no qual resultou em uma crise política e econômica, que ainda se propaga até os dias atuais. Um dos objetivos principais desse recorte é de analisar como a lógica do capital global, vem afetando as relações trabalhistas no Brasil, nos últimos 10 anos.

Ademais, corroboramos com Costanzi (2005), quando o mesmo assinala que desde que Marx escreveu sua *magnum opus* “O Capital” detalhando, de forma minuciosa, o funcionamento do sistema do capital, o capitalismo vem sofrendo diversas e profundas alterações a respeito da exploração sofrida pelos trabalhadores pelo sistema do capital. Em nossos dias, a dualidade entre capitalistas e o operariado fabril já não é mais tão clara, apesar da luta ainda permanecer a mesma, a luta de classes entre burgueses e proletários.

Para Costanzi (2005) o proletário, atualmente, é composto por uma massa de trabalhadores extremamente heterogênea, no qual são compostos por diferentes estágios salariais. Nos dias de hoje, compõe a categoria de trabalhadores aqueles que se encontram “[...] desempregados, trabalhadores em ocupações precárias, profissionais altamente qualificados e bem-remunerados e até mesmo “celebridades” com salários multimilionários.” (COSTANZI, 2005, p. 7). Portanto, conforme destacada o autor, a união que existia entre os trabalhadores do

séc. XIX, atualmente se encontra dispersa, pois os mesmos passaram a competir entre si pela ascensão profissional e financeira, o que dificulta uma união entre iguais.

Tal competição, fruto de uma ideologia difundida desde a década de 1970 com a ascensão de políticas neoliberais, transfere ao trabalhador, de acordo com Freres (2008), a responsabilidade pela sua própria contratação ou não, desta forma, o indivíduo deve preencher diversos requisitos para se adequar a um mercado de trabalho que cada vez mais possui menos postos de trabalho.

Ademais, tal competição tem como combustível a lógica da educação profissional que se baseia nas exigências que um determinado cenário econômico impõe para a qualificação do trabalhador. Por se tratarem de cursos de formação rápida e aligeirada, possibilita ao trabalhador, segundo seus ideólogos, uma inserção mais rápida ao mercado de trabalho, ficando o trabalhador em condições de empregabilidade e com mais chances de conseguir se empregar.

A ideologia dos difusores do capital propõe que a educação profissional, surge como uma forma de capital humano, com o objetivo de formar indivíduos para o exercício de alguma profissão, em outros termos, possibilita que o trabalhador adquira competências e conhecimentos profissionais que os preparem para uma melhor aproximação ao mercado de trabalho, permitindo que o mesmo permaneça em condições de empregabilidade.

De acordo com Freres (2008) a origem do termo empregabilidade está diretamente associado a problemática do emprego/desemprego, se estabelecendo como uma categoria essencial para a disseminação de sua lógica no mercado de trabalho nos meios educacionais. “Sua lógica, atualmente, refere-se à responsabilização do indivíduo por um problema que é gerado na materialidade das relações sociais que subordina o trabalho e as atividades humanas dele decorrentes ao jugo do capital.” (FRERES, 2008, p. 62). A autora acrescenta que a empregabilidade,

[...] refere-se a um conjunto de saberes que o trabalhador deve ter para estar inserido no mercado de trabalho e garantir seu emprego, isto é, para ser colocado ou recolocado no mercado de trabalho e continuar nele. Nesse caso, **ser empregável é ter a capacidade de garantir um emprego em qualquer organização empresarial, independentemente da demanda por emprego no mercado**. Em outras palavras, diz respeito à **capacidade que o indivíduo deve ter para se adequar às necessidades do mercado de trabalho**. (FRERES, 2008, p. 62, grifos nossos).

Foi a partir da crise dos anos de 1970 que o termo empregabilidade ganhou mais destaque, pois durante esse período ocorreram sucessivos processos de modificações nas empresas e indústrias, características da reestruturação produtiva oriunda da III revolução

industrial³⁴ que aboliu o modelo taylorista/fordista, substituindo-os pelo toyotismo. Tais transformações, conforme Alves (2000) são resultados de duas acepções básicas: 1) foi de total interesse do capitalismo mundial dos anos de 1980 o desenvolvimento de novas formas de produção de mercadoria; 2) com a implementação do toyotismo a nova base técnica da produção capitalista mundial tornou-se viável, pois com a implementação de novas tecnologias de base microeletrônica se fazia necessário “[...] uma nova disposição subjetiva dos operários em cooperar com a produção.” (ALVES, 2000, p. 10). A lógica do toyotismo para Alves (2000), nada mais é do que o estímulo individual, por meio de bonificações salariais, através de percas historicamente conquistadas em seus direitos trabalhistas, além de acabar com o “emprego vitalício”, característicos dos modelos anteriores.

Freres (2008, p. 67), observa que “[...] a exigência por um novo perfil de trabalhador não deriva do avanço tecnológico [...] representa o movimento do próprio real posto pelos homens historicamente”. Ademais, Santos (2017, p. 209) ressalta que,

Para tentar diminuir tais contradições, capital credita como solução adotar para os trabalhadores uma formação que os ‘qualifique’ minimamente para operar o aparato tecnológico dito globalizado, que, ao mesmo tempo, não os tornem capazes de compreender suas posições de explorados em uma sociedade cindida em duas diferentes classes e agora agudizada por uma severa crise.

Portanto, o que se percebe é que a formação profissional do operariado, assume como única função: a formação para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, percebemos que esse mercado não absorve toda a mão de obra em formação que está continuamente se aprimorando. Nesse sentido, é que aparecem os discursos das personificações do capital e de seus difusores que propagam ideias e ideologias de que a “capacitação deve ser rotina para um profissional de sucesso” e que “o mercado confia em quem está preparado”.

Desta forma, o desemprego passa a ser uma consequência da incapacidade do indivíduo de se preparar para os problemas impostos pelo mercado de trabalho nesse novo cenário global. Freres (2008, p. 71) assinala que

O desemprego foi atrelado ao problema da qualificação/desqualificação para o mercado de trabalho, e o trabalhador, por sua vez, deve estar em constante formação, “vestir a camisa da empresa”, colocar a empresa acima de seus interesses pessoais, preocupar-se com o horário de entrada, mas não de saída, estar interessado no sucesso da empresa, considerar-se partícipe da “família”, dentre outras atribuições.

³⁴ A Terceira Revolução Industrial, também conhecida como a Revolução Técnico-Científica-Informacional é o nome dado aos avanços ocorridos após o final da Segunda Guerra Mundial, onde diversos campos do conhecimento passaram a sofrer mudanças numa velocidade nunca antes presenciadas na história da humanidade, tendo para a robótica, a genética, a informática, as telecomunicações, a eletrônica, entre outros.

Ademais a autora acrescenta que,

A empregabilidade, além de orientar a formação escolar, visando atender às necessidades do capital (alimentando a ilusória crença da formação como garantia de emprego), desvia o problema do desemprego da base que o origina (a de que o desemprego é gerado na materialidade das relações capitalistas). (FRERES, 2008, p. 118).

Figura 3 – Empregabilidade



Fonte: <https://solucoes-criativas.com.br/empregabilidade/>

Ao observarmos a figura 3 a respeito da empregabilidade percebemos que a intenção do autor da charge acima não é a de fazer uma crítica a lógica mercadológica da educação continuada para o mercado de trabalho. Trata-se de uma ilustração de como a lógica mercadológica está presente em nosso cotidiano e como a mesma está internalizada em grande parte dos indivíduos que, ao olharem essa situação, considerando-a normal. Observamos que a intenção do autor da charge é de justamente repassar para seus receptores de que um trabalhador que não se dedique ou se proponha a uma sempre contínua qualificação profissional e/ou que não esteja apto a se reinventar em diversas outras funções que sigam as demandas do mercado, ou mesmo da própria empresa que trabalha, ficará obsoleto. Por conseguinte, com os avanços tecnológicos, em que muitas funções agora são exercidas pela própria máquina, aquele trabalhador que não atingir todas as demandas do mercado correrão o risco de ficar para trás, e conseqüentemente perder seu emprego.

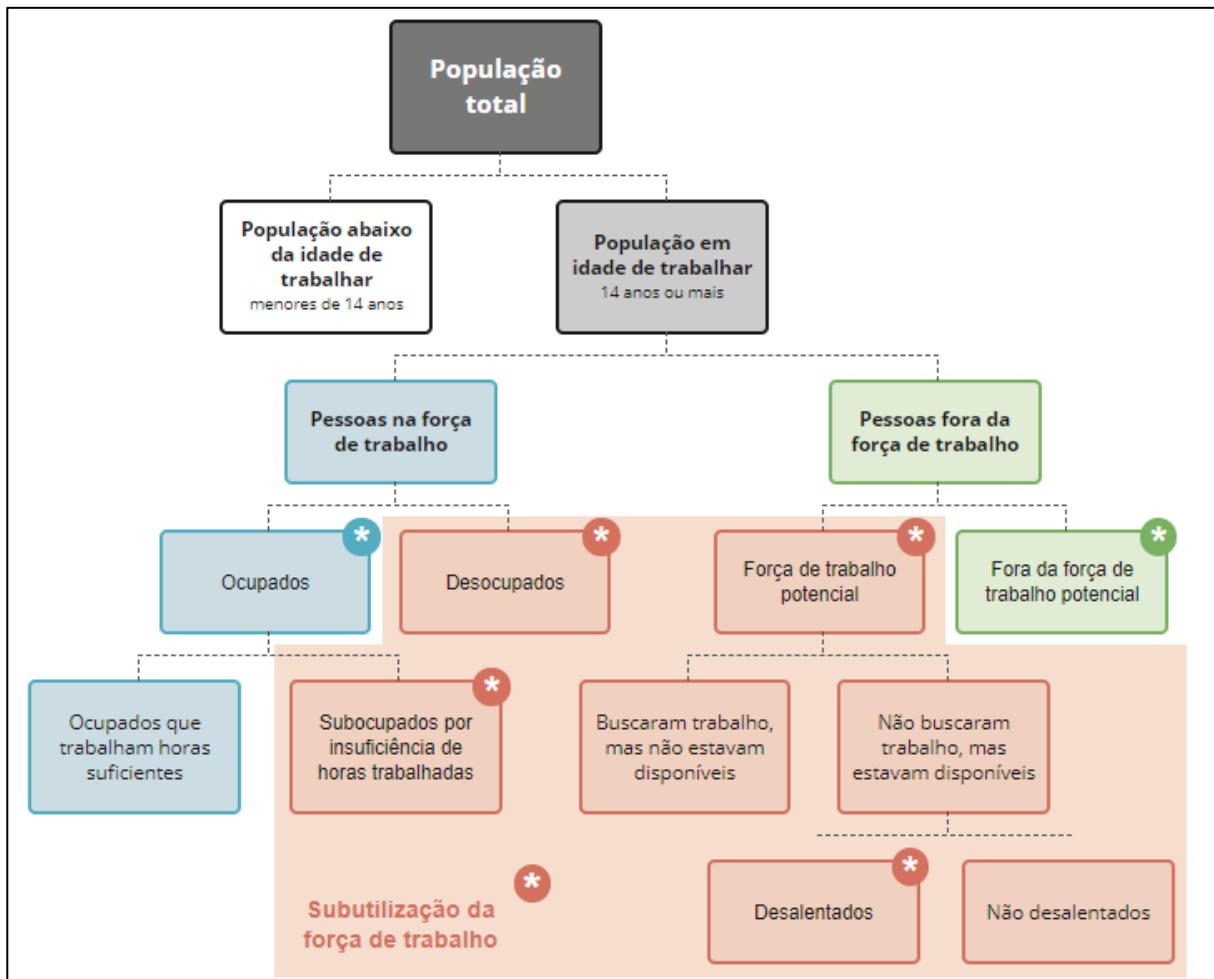
Do mesmo modo, se a empresa não investir em tecnologia ou em formação para seus funcionários, a mesma ficará desatualizada e não conseguirá competir no mercado. Caso esse cenário venha a se concretizar a saída que os empresários encontram é a demissão em massa, assegurando apenas o mínimo de funcionários, em mais de uma função e, muitas vezes, precarizado. Vale salientar, que em muitas vagas ofertadas para *trainees* e programas de estágios a quantidade de candidatos é muita alta, de modo que os requisitos também o são, o que acaba gerando um grande filtro entre os candidatos, restando apenas àqueles mais bem qualificados para um cargo específico.

Nesta linha, observamos que a busca sempre crescente por qualificação profissional, acaba por acarretar um exército industrial de reservas que fornece aos capitalistas, uma forma de alavancar sua acumulação. Marx (2015b, p. 707-708), ressalta que a valorização variável do material humano é ajusta as necessidades dos próprios capitalista, que estão sempre prontos para explorar os trabalhadores, não levando em consideração os limites do verdadeiro aumento populacional. Contudo, Mészáros (2011) nos adverte que nos dias atuais, o sistema do capital ao atingir todos seus os limites possíveis e ao entrar em quadro de crise estrutural, não mais comporta um exército industrial de reservas. Essa massa de trabalhadores que antes servia para regular os salários dos trabalhadores, agora se torna um fardo para o sistema do capital, forçando o capital a procurar alternativas para diminuir de modo amplo essa massa que o capital considera ociosa.

Diante do exposto, e destacando que um trabalhador em condição de empregabilidade, não necessariamente, se encontra empregado, nos propomos a discorrer de forma detalhada sobre como são feitas as divisões no mercado de trabalho.

No site do IBGE (c2020), no domínio destinado a nos apresentar “o que é o desemprego” podemos compreender mais didaticamente como é categorizada a divisão do trabalho, na figura 1 o instituto divide a população total entre os que têm ou não têm idade para trabalhar. Na parte da população que se encontra em idade para trabalhar é feita a divisão. Dentre estes, encontram-se as pessoas na força de trabalho e as pessoas fora da força de trabalho, assim subdividindo aqueles que se encontram no mercado de trabalho e os desempregados, bem como suas subespecificações.

Figura 4 – As divisões do mercado de trabalho



Fonte: IBGE (c2020).

Os asteriscos presentes na figura 4 são *pop-ups* do próprio site do IBGE (c2020), em que nos apresentam elementos que melhor contextualizam como é realizada a divisão do trabalho. Nas palavras do próprio IBGE (c2020), as pessoas que estão na força de trabalho são os ocupados e corresponde a parcela da população que se encontram nas seguintes situações: 1) Empregados (do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários); 2) Trabalhadores por conta própria; 3) Empregadores; 4) Trabalhadores

domésticos (com ou sem carteira de trabalho assinada); e 5) Trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração).

Os indivíduos fora da força de trabalho são classificados como força de trabalho subutilizada e dentre eles estão: 1) os desocupados; 2) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas; e 3) a força de trabalho em potencial.

Os desocupados se referem a parcela da população, que popularmente são conhecidas como desempregadas. O termo se refere as pessoas em idade para trabalhar, de 14 anos ou mais de idade, que não estão trabalhando, contudo, tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho (qualificação profissional ou busca de emprego de qualquer tipo) e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem. Já os subocupados por horas trabalhadas são aqueles trabalhadores que tem sua jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas que estão disponíveis e/ou gostariam de trabalhar mais horas. A força de trabalho potencial, se divide entre aqueles que buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis e os que estavam disponíveis, mas não buscaram por qualquer tipo de trabalho.

Os desalentados são aquelas pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam e nem se qualificam por acharem que estariam perdendo tempo. De acordo com o IBGE (c2020), dentre os motivos principais que levam as pessoas desistirem de procurar trabalho estão os: de não encontrar trabalho na localidade; de não conseguir trabalho adequado; de não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso; ou de não ter experiência profissional ou qualificação. No caso da falta experiência profissional ou qualificação, na maioria dos casos a única alternativa, para muitos jovens em idade para trabalhar, é investir em cursos de graduação e pós-graduação, assim como em cursos profissionalizantes, e por muitas vezes, até mesmo em trabalhos voluntários em troca de experiência profissional.

Por fim, o instituto considera que as pessoas que estão fora da força de trabalho potencial são: as donas de casa que não trabalham fora; adolescentes em idade escolar; aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar.

Conforme o site do IBGE (c2020) o desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar que estão desocupadas. Contudo, conforme o próprio instituto, para ser considerado desempregado não basta estar sem emprego, algumas categorias são deixadas de fora da taxa de desemprego, tais como: os universitários, que utilizam seu tempo exclusivamente para os estudos; as donas de casa, que não trabalham fora; e os empreendedores, que possuem seu próprio negócio. Nestes três exemplos, os dois primeiros são

considerados indivíduos que estão fora da força de trabalho potencial e os empreendedores são considerados ocupados.

Outrossim, é importante destacar que mesmo com o emprego garantido um quarto dos trabalhadores em todo mundo ainda vivem na linha da pobreza conforme a ILO. Em relatório da ILO (2019) referente a “Perspectiva Social do Emprego Mundial” publicado no ano de 2019 (World Employment Social Outlook: Trends 2019) observamos que no ano de 2018, a população mundial estava estimada em 7,6 bilhões de pessoas, dentre as quais a população mundialmente ativa, composta por mulheres e homens com 15 anos ou mais era de aproximadamente 5,7 bilhões. O relatório acrescenta que,

Destes, 3,3 bilhões de pessoas, ou 58,4%, estavam empregadas e 172 milhões estavam desempregadas. Ambos os grupos juntos constituem a força de trabalho global, que, portanto, era de 3,5 bilhões em 2018, o que implica uma taxa de participação da força de trabalho de 61,4%. Os restantes 2,2 bilhões de pessoas (38,6%) em idade produtiva estavam fora da força de trabalho, incluindo aqueles envolvidos na educação e no trabalho não remunerado e os aposentados. Dentro desse grupo, 140 milhões estavam na força de trabalho potencial (ou seja, pessoas que estão procurando emprego, mas ainda não estão disponíveis para conseguir emprego, ou que estão disponíveis, mas não estão procurando emprego)³⁵. (ILO, 2019, p. 5, tradução nossa).

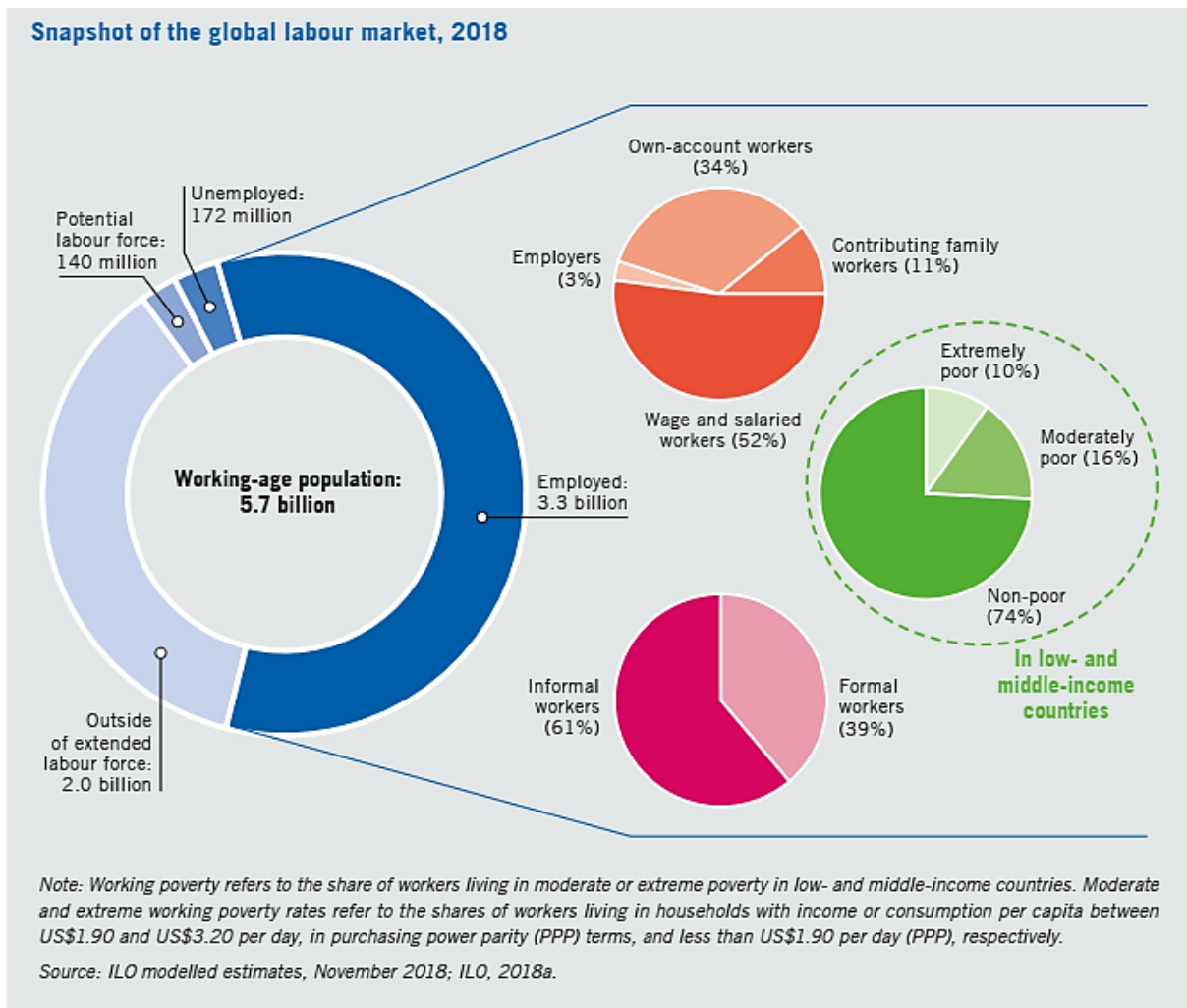
Na figura 5, podemos observar um breve resumo do mercado global no ano de 2018, em que os indicadores em azul representam a população mundialmente ativa, em laranja a porcentagem de trabalhadores assalariados, em roxo os trabalhadores informais e em verde percebemos a porcentagem de trabalhadores em pobreza laboral: os extremamente pobres (10%), aqueles com pobreza moderada (16%) e os não-pobres (74%) residentes em países de renda baixa ou média³⁶. Vale salientar, que de acordo com o relatório da ILO (2019) a pobreza laboral é referente a porção de trabalhadores que vivem em pobreza moderada ou extrema em

³⁵ Out of these, 3.3 billion people, or 58.4 per cent, were in employment, and 172 million were unemployed. Both these groups taken together constitute the global labour force, which therefore stood at 3.5 billion in 2018, implying a labour force participation rate of 61.4 per cent. The remaining 2.2 billion people (38.6 per cent) of working age were outside the labour force, including those engaged in education and unpaid care work and those in retirement. Within this group, 140 million were in the potential labour force (i.e. people who are looking for a job but are not yet available to take up employment, or who are available but are not looking for a job).

³⁶ O Banco Mundial classifica os países em quatro categoria simplificadas, que se referem a renda de um país medida através de um índice baseado no Produto Interno Bruto *per capita* (PIB por pessoa), ou seja, a riqueza que um país produz dividida pelo número de seus habitantes, que tem o intuito de medir o poder aquisitivo daquela população. As categorias são: renda anual baixa; renda anual média-baixa; renda anual média-alta; renda anual alta. Vale salientar, que não são considerados, por exemplo, indicadores sociais nessa classificação. O Brasil está, atualmente, na categoria de países com renda média-alta entre US\$ 3.996 (R\$ 17,4 mil) e US\$ 12.375 (R\$ 53,8 mil). Em 2020 compunham a categoria de renda anual média-alta 60 países, dentre eles Argentina, Cuba e Rússia. Contudo, em dissonância com que os dados constata, a realidade brasileira ainda é a de um país não desenvolvido. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/12/definicao-pais-desenvolvido-em-desenvolvimento.htm#:~:text=O%20Brasil%20est%C3%A1%20na%20categoria,Haiti%2C%20Eti%C3%B3pia%20e%20Serra%20Leoa.>

países de renda baixa ou média, ou seja, são aqueles trabalhadores que mesmo, com renda, vivem em domicílios com renda ou consumo per capita entre US\$ 1,90 e US\$ 3,20 por dia para a pobreza moderada e com menos de US\$ 1,90, em termos de paridade do poder de compra (PPC).

Figura 5 – Resumo do mercado global, 2018



Fonte: ILO, 2019.

Desde a crise de 2008 a precarização do trabalho, a tomada de direitos e a severa redução dos postos de trabalho se intensificaram ao redor do mundo, o reflexo disso está na taxa de desocupação e informalidade que tiveram um aumento considerável em todo globo nos anos pós-crise. Para a ILO (2019), as 172 milhões de pessoas em todo o mundo que estavam desempregadas no ano de 2018, correspondiam a uma taxa de 5% de desemprego em relação a população mundial. “É notável que, enquanto levou apenas um ano para a taxa de desemprego

global saltar de 5,0% em 2008 para 5,6% em 2009, a recuperação para os níveis que prevaleciam antes da crise financeira global durou nove anos.³⁷” (ILO, 2019, p. 2, tradução nossa).

Além dos 172 milhões de desempregados ao redor do mundo, o relatório da ILO (2019) aponta que mais de 140 milhões de pessoas ao redor do mundo estavam na condição de “força de trabalho em potencial”, o que totalizaria, aproximadamente, 312 milhões de pessoas ao redor do mundo desocupadas. Dessa mão-de-obra subutilizada, conforme o relatório, 85 milhões são mulheres e 55 milhões são homens, ficando uma porcentagem de 11% para 7,1%, respectivamente. A ILO (2019), projetava que caso as condições econômicas para o ano de 2020 se mantivessem em condições estáveis, as taxas de desemprego iriam diminuir em muitos países, entretanto a pandemia acabou com quaisquer projeções em um futuro próximo.

Conforme o G1 (2017),

Após a crise internacional de 2008, o governo brasileiro adotou políticas para estimular o consumo interno para evitar assim que o Brasil embarcasse na recessão dos outros países. Entre elas estavam a redução dos juros e medidas que resultaram na queda dos impostos, aumento da renda das pessoas e da oferta de crédito. Foi nesse momento que muitos brasileiros de classe média viram sua vida melhorar e tiveram acesso a produtos e serviços que antes não estavam a seu alcance, como TV a cabo, plano de saúde, casa própria e carro zero.

Até o ano de 2014 o Brasil vivia um momento de aparente estabilidade econômica e social, entretanto, tais medida que estavam sendo beneficiadas pelo cenário externo da época, causou um desequilíbrio nas contas públicas o que prejudicou a credibilidade do país, afastando investidores. Em 2016, com a crise política que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff a crise econômica brasileira se acentuo, o que resultou em diversas medidas do governo provisório como a aprovação da PEC dos gastos que congelou os gastos públicos por 20 anos.

Feitas as devidas considerações, para analisarmos os dados específicos sobre qualificação profissional no Brasil, nos debruçaremos sobre a PNAD 2014 de Educação e Qualificação Profissional que foi realizada a partir de um convênio entre o IBGE, o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e publicada no ano de 2017. De acordo com a pesquisa, seu principal objetivo foi o de auxiliar na compreensão do desenvolvimento das dinâmicas da educação profissional no Brasil, bem como proporcionar melhores formas de definir as políticas socioeconômicas nessa área (PNAD, 2017).

³⁷ It is remarkable that, whereas it took only one year for the global unemployment rate to jump from 5.0 per cent in 2008 to 5.6 per cent in 2009, the recovery to the levels that prevailed before the global financial crisis has taken a full nine years.

No ano de 2014, dos 158 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais, que participaram da pesquisa, mais de 40 milhões de pessoas possuíam algum interesse em realizar cursos de qualificação profissional, porém, apenas 2,2% (3,4 milhões de pessoas) frequentavam naquele momento algum tipo de curso e, dentre os que tinham interesse, apenas 15,6% (24,7 milhões de pessoas) já haviam frequentado anteriormente essa modalidade de ensino. De acordo com a PNAD (2017) a demanda no ano de 2014 por cursos de qualificação profissional,

[...] concentrava-se em um perfil jovem (45,4% das pessoas tinham entre 15 e 29 anos) e de alta escolaridade (48,1% tinham 11 anos ou mais de estudo), sendo 54,7% de mulheres, 59,6% pretas ou pardas e 68,7% de pessoas ocupadas.

Conforme a PNAD (2017), dentre os principais motivos para não terem feito cursos de qualificação 34,4% das pessoas, disseram que tem dificuldade de conciliar trabalho ou atividades domésticas com o curso. Outros, 26,8% dos entrevistados disseram não ter condições de pagar o curso, já 20,8% das pessoas relataram não ter o curso desejado na localidade onde residiam. Dentre os principais motivos para a não conclusão do curso de qualificação estão: a dificuldade no cumprimento do horário do curso; e a dificuldade financeira.

Ademais, de acordo com a pesquisa, até o ano de 2014, dos 24,7 milhões de pessoas que fizeram um curso de qualificação, 15,7 milhões de pessoas frequentaram até 2010 e 9 milhões de pessoas entre 2011 e 2014. Só entre os anos de 2011 e 2014 representa um total de 60% dos entrevistados que já tinham frequentado um curso de qualificação profissional. Percebemos que esse período, corresponde a criação do Pronatec e se estende até o período da crise econômica e política brasileira, contudo não se pode afirmar com certeza que foi apenas pela implementação dessa política que os números aumentaram.

A PNAD (2017) aponta que dentre as pessoas que concluíram algum tipo de curso de qualificação profissional 52,3% já haviam, em algum momento, exercido trabalho na área, ou seja, das 24,7 milhões de pessoas que já haviam concluído algum curso de qualificação até a pesquisa de 2014, 12,9 milhões de pessoas já haviam trabalhado na área do curso que terminou.

Entre os **homens, 59,6%** exerceram algum trabalho na área, sendo que **46,7% continuavam ocupados na sua área de formação. 47,7%** das pessoas que concluíram um curso de qualificação profissional **nunca trabalharam na área desse curso**, e entre as **mulheres esse percentual foi ainda maior, 54,8%**. Segundo a **cor ou raça**, observa-se que as pessoas que se declararam pretas ou pardas **apresentaram um percentual maior de não exercício de trabalho na área de formação profissional (53,3%) do que entre as pessoas brancas (40,7%)**. A **permanência em trabalho na área do curso foi maior entre os brancos, 47,7%, do que entre os pretos e pardos, 33,5%**. (IBGE, 2017).

A pesquisa aponta que, dentre os motivos das pessoas que terminaram o curso e nunca trabalharam na área, estão: a falta de vagas para trabalhar na área escolhida; estavam trabalhando em outra área; e não tiveram interesse em trabalhar na área do curso escolhido e optaram em continuar estudando.

De acordo com Bôas (2020), em matéria vinculada ao site Valor Econômico, a formação profissional cresceu no ano de 2019. A participação em cursos de qualificação profissional aumentou em instituições públicas de 14,8% no ano de 2018 para 17,1% em 2019, no próprio local de trabalho a busca por curso de qualificação também aumento de 14% em 2018 para 15,2% em 2019. Bôas (2020), ressalta que de acordo com a analista do IBGE, Marina Águas, essa pesquisa

[...] já estava em campo quando houve debate sobre restrição de recursos para o Sistema S no ano passado. Então, não sabemos até que ponto a restrição de recursos impactou. Sabemos que houve, por exemplo, redução do Pronatec, mas todos perderam”.

Ademais, no fim de junho do ano de 2020, Bôas (2020) nos informa que no fim de junho de 2020, foi aprovada no Senado uma medida provisória (MP) que reduziu pela metade as contribuições obrigatórias das empresas para o Sistema S, por um período de dois meses, de 1º de abril a 30 de maio.

Reiteramos, que a qualificação do trabalhador, que se configura como um ramo da educação profissional, acaba por se estruturar para o mercado de trabalho e não para o indivíduo. A disponibilização de cursos de qualificação está diretamente ligada a organização do mercado de trabalho e de suas demandas específicas. Entretanto, se qualificar não é sinal de que irá se empregar, desta forma, buscaremos na seção subsequente observarmos os índices de desocupação no Brasil.

Para apresentarmos os indicadores referentes aos trimestres de 2012 a 2020 da população subutilizada, que é constituída por trabalhadores desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho em potencial pois corresponde ao início do recolhimento da PNAD Contínua. O ano de 2012 foi quando a PNAD Contínua iniciou a pesquisa trimestral nos parâmetros utilizados mais recentes.

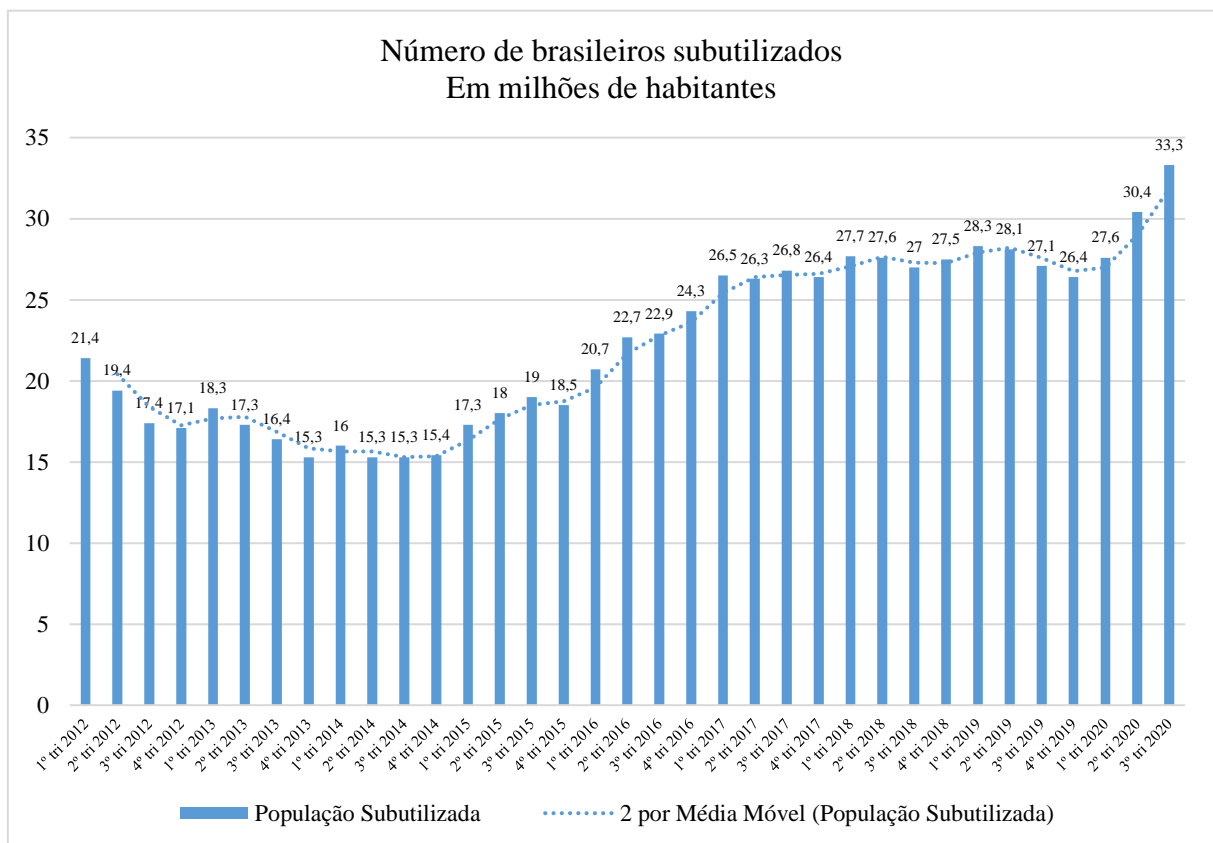
A taxa da população subutilizada vem crescendo de forma acelerada em todo o Brasil, principalmente, entre o primeiro e terceiro trimestre de 2020, período característico da Covid-19. Desta forma, como demonstra o Gráfico 1, segue esta tendência desde o ano de 2012.

Para a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, responsável pela PNAD Contínua, o período da pandemia de Covid-19 foi determinante para que houvessem números negativos recordes, nos trimestres do ano de 2020, para ela os resultados das últimas pesquisas mostram uma retração muito grande na população ocupada, isto sendo resultado das perdas dos postos de trabalho durante o período pandêmico e que leva a esses patamares negativos nas pesquisas. Em face de índices tão negativos a analista acrescenta que a “[...] pandemia dificultou a busca por ocupação e, com uma flexibilização cada vez maior da quarentena, a tendência é que as pessoas voltem a buscar trabalho.” (IBGE, 2020a).

Ademais, o próprio IBGE, em decorrência da pandemia de Covid-19, interrompeu a coleta presencial de todas suas pesquisas no dia 17 de março de 2020, passando a aderir a um plano de contingência para a realização da coleta de informações das pesquisas por meio do telefone. Conforme o próprio instituto, a pandemia de Covid-19, por ainda se encontrar em curso e sem uma vacina efetiva, contribuiu para o aumento das desigualdades.

De acordo com o Gráfico 1 a população subutilizada entre o período de 2012 a 2020 vem sofrendo oscilações

Gráfico 1 – Número de brasileiros subutilizados em milhões de habitantes.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE.

No terceiro trimestre de 2020 que se encerrou em agosto de 2020 a PNAD Contínua constatou que os números de trabalhadores subutilizados mostravam a seguinte configuração: 13,8 milhões de pessoas estavam desocupadas; 6,0 milhões de pessoas se encontravam subocupadas; e 13,6 milhões de pessoas se encontravam na força de trabalho em potencial. Vale salientar que, conforme o IBGE (2020b) a população ocupada, no trimestre encerrado em agosto de 2020 foi de 81,7 milhões, a menor da série histórica da pesquisa da PNAD Contínua, a possível causa dessa queda nos índices de trabalhadores ocupados se deve a epidemia da Covid-19.

A pandemia da Covid-19 imprimiu ao trabalho uma nova fase na precarização do trabalho, tendo em vista que os mais afetados, desde que a Organização Mundial da Saúde declarou oficialmente no dia 11 de março de 2020 a pandemia, são os trabalhadores informais. Conforme Costa (2020), a informalidade no Brasil não é recente, tendo em vista que desde a década de 1990, com a perda do dinamismo da economia nacional a informalidade vem aumentando de forma substancial. De acordo com Targino e Vasconcelos (2015 *apud* Costa 2020) o setor de trabalho formal engloba: empregos com carteira assinada; militares; servidores públicos estatutários; trabalhadores domésticos com carteira assinada; e empregadores com 6 ou mais empregados. Já no setor informal se encontram trabalhadores nas seguintes situações: empregados sem carteira assinada; trabalhadores domésticos sem carteira assinada; trabalhadores por conta própria; trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; não remunerados; empregadores com até 5 empregados. De acordo com (2020), como consequência imediata da pandemia temos o aumento do desemprego, da informalização do trabalho, dos subcontratados, da flexibilização dos contratos, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado.

Diante desse cenário a pergunta que fica na cabeça de muitos jovens é qual o intuito de se qualificar em um mercado de trabalho com cada vez menos postos de trabalho? Como pagar por cursos de qualificação em uma área que pode não ter postos de trabalho disponíveis ao término do curso? Com níveis de desemprego cada vez maiores e com programas de governo que não conseguem atingir grande parcela da população, qual a saída para o trabalhador que se encontra desempregado?

As respostas para essas perguntas podem ser encontradas dentro das próprias contradições do sistema do capital. De acordo com IBGE (2019) quase 11 milhões de jovens de 15 a 29 anos não estão ocupados no mercado de trabalho e nem estudando ou se qualificando. Esse grupo representava em 2018, data em que a pesquisa da PNAD Contínua em Educação foi realizada, cerca de 23% da população do país nessa faixa etária. O termo “nem-nem”, foi como

ficaram conhecidos essa parcela de jovens, como o próprio IBGE coloca é um termo controverso e pejorativo que vem sendo evitado em veículos oficiais.

O que observamos, ao vermos esses índices de desocupação é que o mercado de trabalho é insustentável, uma crise pandêmica mostra como as relações de trabalho no Brasil são altamente fragilizadas e que, uma parcela da população, especialmente os jovens, não veem mais esperanças em estudar, levando os mesmos a buscarem trabalhos que lhe ofereçam emprego fácil, como é o caso dos aplicativos de entrega e de passageiros, que recentemente vem se descortinando com uma das formas mais degradantes do trabalho humano da atualidade.

5 CONCLUSÃO

A relevância do presente estudo dissertativo está calçada na importância de se observar a qualificação profissional, em um contexto de crise estrutural do capital, com enfoque na crise econômica de 2008 e seus desvelamentos para a intensificação do desemprego no atual cenário econômico brasileiro e em um contexto de pandemia. A profissionalização do trabalhador é tida como uma fórmula mágica para a garantia do pleno emprego, contudo, na realidade o que se percebe é que os índices de desemprego, realizados a partir da análise de dados estatísticos oficiais, é que nos últimos dez anos, mesmo entre os indivíduos em condição de empregabilidade, os índices de desemprego não tiveram grandes oscilações, continuando estáveis.

O trabalho, conforme categorizado por Marx e posteriormente resgatado por Lukács, agora, no capitalismo, ao invés de atividade produtora das necessidades humanas, se torna uma atividade produtora da riqueza privada cuja base é o trabalho explorado. Tal configuração não é inédita, visto que, Marx a mais de 170 anos atrás já preconizava que o capitalismo se assenta na divisão da sociedade em duas classes fundamentais e antagônicas. A burguesia, que desde sua ascensão revolucionária, vem a todo custo inovando em artimanhas que garantam sua perpetuação, a educação profissional é uma delas.

Percebemos que o papel do Estado brasileiro, no que tange a educação foi, e ainda é, ao longo do tempo, o de legislar a favor do grande capital. Ao se promulgar leis, que estabelecem a educação como uma mercadoria e a escola como um apêndice da fábrica, o Estado brasileiro contribui, exponencialmente, para a fragmentação da classe trabalhadora. O resultado imediato dessa ruptura da classe trabalhadora é a perda de direitos historicamente constituídos, que levam a uma degradação do trabalho e, conseqüentemente, do próprio trabalhador. Com o investimento em qualificação profissional, o trabalhador passa a incorporar para si a lógica perversa do capital, ao mesmo tempo que passa a competir com seus pares, pois incorporam para si a lógica mercadológica do capital. Entendemos a partir de Mészáros, que a função social da educação é de formar o indivíduo plenamente, não o de formá-lo para um mercado cada vez mais competitivo e desigual.

Entretanto, apesar de todos os esforços do grande capital, o que percebemos é que os índices de desemprego e de degradação do trabalho ao redor do mundo, e em especial no Brasil, vem crescendo de forma exponencial nos últimos 10 anos, sendo agravado de forma acelerada pela pandemia do novo coronavírus.

Tal cenário vai de encontro a tese de Mészáros de que, desde a década de 1970, o sistema do capital entrou em uma fase, a de crise estrutural. Agora as crises vivenciadas não só mais afetam economias locais, é uma crise que ultrapassa continentes, afetando, pela primeira vez na história da humana, todo o constructo social, o que significa que a crise estrutural afeta também a cultura e as próprias relações humanas. Como forma de burlar a crise, países do centro do capitalismo investem num complexo industrial bélico gigantesco que pode findar de vez com a própria humanidade.

Em sua tese sobre a crise estrutural Mészáros desenvolve o conceito de desemprego crônico. Aquela massa de trabalhadores que estavam disponíveis para o mercado de trabalho, a qual Marx denominou de exército industrial de reservas, que servia para regular o salário dos trabalhadores empregados agora se torna um fardo para o grande capital global, pois o desemprego atinge atualmente escalas que já não podem ser controladas, o que coloca em cheque toda a estrutura do sistema sociometabólico do capital.

Ademais, grande parte dos indivíduos desocupados que se encontram em condição de desalento, já perderam suas esperanças em buscar um trabalho ou se qualificar, pois muitos não possuem as condições mínimas para se inserir nesse mercado, quanto mais para se manter, incessantemente, em condições de empregabilidade. Observamos que, apesar dos esforços do Estado brasileiro em criar programas para o ensino continuado da população, o mesmo se torna obsoleto, uma vez que o mercado não possui postos de trabalho que atendam a demanda egressa desses cursos.

Em um cenário de crise estrutural do capital, aliado a uma pandemia em escala global, observamos um aumento significativo da precarização do trabalho em todo o mundo. No Brasil, tais tendências levam uma massa de trabalhadores a uma informalidade cada vez mais crescente. Ademais, por se tratar de um momento atípico na história recente da humanidade, a pandemia do novo coronavírus, pode ter acelerado e potencializado as contradições existentes no sistema do capital.

A qualificação profissional é uma das muitas fórmulas mágicas que o grande capital busca com o intuito de driblar suas crises infundáveis. Através dos organismos multilaterais, que financiam a educação em países da periferia do capital, os representantes do grande capital global definem normas e regras que devem ser seguidas nesses países, e que para que continuem sendo patrocinados por eles, as políticas nacionais são alteradas em favor do grande capital, subjulgando a população a sua vontade.

O discurso falacioso de que a qualificação do trabalhador irá fazer com que o mesmo se aloque no mercado de trabalho esbarra nos altos índices de desemprego e na pouca

oferta de postos de trabalhos, levando, uma imensa parcela da população ao endividamento em cursos de educação profissional, tendo que buscar alternativas, como em aplicativos, para poder se sustentar.

Mesmo antes da pandemia, o que se via no Brasil era um aumento da precarização do trabalho, com postos de trabalho que já não estavam mais disponíveis ou que não ofertavam vagas naquele momento, pois o mercado tinha mudado seu foco, de modo que a qualificação naquela área específica já não era mais útil naquele determinado momento.

Com a pandemia, o sentimento de descrença cresceu de forma exponencial na população em geral. Percebemos, que qualquer fator que modifique a já frágil lógica sistêmica do capital, abala profundamente toda uma sociedade, no caso da pandemia, abalou o mundo. Entendemos, por fim, que a única via de se superar as contradições existentes no sistema sóciometabólico do capital, é a via revolucionária. Apenas com a superação desse modo de sociabilidade que poderemos alcançar todas as potencialidades que o ser humano é capaz, sem que com isso não se destrua, nem todo o conjunto social e muito menos o próprio planeta, único lar habitável que conhecemos até agora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. **Org & Demo (UNESP Marília)**, Marília, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2000. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/455>. Acesso em: 23 set. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Introdução: a substância da crise. *In*: MÉSZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009a. p. 9-16.

ANTUNES, Ricardo. **O sentido do trabalho**: ensaios sobre a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009b.

BRASIL. **Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990**. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7998.htm#art10. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL, **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico. **G1**, Rio de Janeiro, 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2020.

BÔAS, Bruno Villas. IBGE: Sistema S perde peso na qualificação profissional. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2020. Notícias. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/15/ibge-sistema-s-perde-peso-na-qualificacao-profissional.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2020.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro – Revista do Instituto de estudos Socialistas**, São Paulo, n. 5, p. 7-15, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/mundializacao-o-capital-financeiro-no-comando/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos.** Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 24-33, jan. 2009. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/gilmaisa.pdf>. Acesso: 20 set. 2018.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81893>. Acesso em: 13 out. 2020.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade.** Brasília: IPEA, jun. de 2005. (Texto para discussão, n. 1100). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4687&catid=309. Acesso em: 15 maio 2020.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.* São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 11-28.

FARIZA, Ignacio. ‘Doutrina Guedes’ coloca o Brasil à venda. **El País**, Madri, 5 jan. 2020. Economia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-01-05/doutrina-guedes-coloca-o-brasil-a-venda.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

FIRMO, Érico. Há 100 anos, Gripe Espanhola matou presidente, afetou o Ceará e mudou o mundo. **O Povo Online**, Fortaleza, 2 mar. 2018. Notícias Mundo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/ha-100-anos-gripe-espanhola-matou-o-presidente-e-afetou-o-ceara.html>. Acesso em: 16 abr. 2020.

FOSTER, John Bellamy. Education and the Structural Crisis of Capital: The U.S. Case. **Monthly Review**, [s. l.], v. 63, n. 3, jul./ago. 2011. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2011/07/01/education-and-the-structural-crisis-of-capital/>. Acesso em: 20 maio 2020.

FRERES, Helena de Araújo. **A educação e a ideologia da empregabilidade:** formando para o (des)emprego. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FRERES, Helena de Araújo; GOMES, Valdemarin Coelho; BARBOSA, Fabiano Geraldo. Teoria do capital humano e o reformismo pedagógico pós-1990: fundamentos da educação para o mercado globalizado. In: RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. *E-book*. Disponível em: <http://www.livros.ufc.br/ojs/index.php/posgraduacao/article/view/47/43>. Acesso em: 10 out. 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [478] p. *E-Book*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. Mais de 40 milhões de pessoas gostariam de fazer qualificação profissional, mas apenas 3,4 milhões frequentavam esse tipo de curso em 2014. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9427-mais-de-40-milhoes-de-pessoas-gostariam-de-fazer-qualificacao-profissional-mas-apenas-3-4-milhoes-frequentavam-esse-tipo-de-curso-em-2014>. Acesso: 17 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. No Brasil, cerca de 11 milhões de jovens não estudam e nem trabalham. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 29 out. 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. **O que é desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, c2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. Desemprego chega a 13,8% no trimestre encerrado em julho, maior taxa desde 2012. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 30 set. 2020a. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29000-desemprego-chega-a-13-8-no-trimestre-encerrado-em-julho-maior-taxa-desde-2012>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 30,6% no trimestre encerrado em agosto de 2020. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 30 out. 2020b. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Estatísticas Sociais. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29322-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-6-no-trimestre-encerrado-em-agosto-de-2020#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20\(14,2019%20\(11%2C8%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29322-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-6-no-trimestre-encerrado-em-agosto-de-2020#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20(14,2019%20(11%2C8%25)). Acesso em: 5 nov. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **40 million in modern slavery and 152 million in child labour around the world**. Genebra, CH: ILO, 19 setembro 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_574717/lang-en/index.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook: Trends 2019**, Genebra, CH, 13 Feb. 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS_670542/lang-en/index.htm. Acesso em: 13 maio 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Trabalho Infantil**. Genebra, CH: ILO, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

LESSA, Sérgio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 15, ano 2, p. 39-51, 1992.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Cadê os operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, 3. ed., p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>. Acesso em: 6 out. 2020.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise a luz das categorias Trabalho e Reprodução Social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 73-94, ago. 2011.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/a-ontologia-do-ser-social-os-princípios-ontológicos-fundamentais-de-marx.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

LUKÁCS, György. O trabalho. *In*: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41-157.

MAIA FILHO, Osterne Nonato; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; RABELO, Josefa Jackline. O problema do mundo do trabalho no atual contexto da crise estrutural do capital. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, p. 28-41, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4627/2503>. Acesso em: 28 set. 2020.

MACENO, Talvanes Eugênio. **(Im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

MARSON, Michel Deliberali. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 753-785, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000400753. Acesso em: 10 jan. 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-416145453mdm>.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KRILOWA, Leticia Sabina Wermeier. Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. **Alcar**, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-imprensa/a-crise-de->

1929-e-seus-reflexos-no-brasil-a-repercussao-do-crack-na-bolsa-de-nova-york-na-imprensa-brasileira/view. Acesso em: 12 set. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2015a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015b. v. 1.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro – Revista do Instituto de estudos Socialistas**, São Paulo, n. 4, p. 7-15, 02/2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-crise-estrutural-do-capital/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? Tradução Paulo Cezar Castanheira, 1. ed., reimpr. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, Maria Clea Ferreira **O papel do estágio nas escolas estaduais de educação profissional do Ceará no contexto de crise estrutural do capital**: formando jovens trabalhadores para o desemprego. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PAULO NETTO, José. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. **Educação e qualificação profissional**: 2014. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100061.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O programa de Educação Para Todos em prol da sustentabilidade do capital na contemporaneidade. In: RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO,

Maria das Dores (org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. *E-book*. Disponível em: <http://www.livros.ufc.br/ojs/index.php/posgraduacao/article/view/47/43>. Acesso em: 26 out. 2020.

REGULAMENTAÇÃO permite trabalho de menor como aprendiz a partir dos 14 anos. In: BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Notícias do TST**. Brasília, DF, 12 jun. 2013. Disponível em: https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/regulamentacao-permite-trabalho-de-menor-como-aprendiz-a-partir-dos-14-anos. Acesso em: 4 dez. 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Deribaldo. **Educação Profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukás, 2017.

TASCHNER, Natalia Pasternak. Gripe espanhola: 100 anos da mãe das pandemias. **Veja Saúde**, São Paulo, 11 mar. 2020. Cientistas Explicam. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/gripe-espanhola-100-anos-da-mae-das-pandemias/>. Acesso em: 9 maio 2020.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do ser social, de Lukács. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, SP, n. 3, São Paulo, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/contador_revista_biblioteca.php?numero_revista=3&arquivo_pdf=arquivos_biblioteca/artigo18Art1.4.pdf&idItem=18&nomeTabela=tb_artigos. Acesso em: 26 ago. 2019.

VILLELA, Gustavo. Após crise global estourar em 2008, bancos receberam socorros bilionários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 ago. 2014. Acervo. Economia. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994#ixzz4jCpJb7XP>> Acesso em: 10 mar. 2020.

ANEXO A – LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (LISTA TIP)

I. TRABALHOS PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA

Atividade: AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
1.	Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento	Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), mutilações, esmagamentos, fraturas
2.	No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi	Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); pneumoconioses; intoxicações exógenas; cânceres; bissinoses; hantavirose; urticárias; envenenamentos; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; ferimentos e mutilações; apagamento de digitais
3.	Na colheita de cítricos, pimenta malagueta e semelhantes	Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso; posturas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da casca; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; apagamento de digitais; ferimentos; mutilações
4.	No beneficiamento do fumo, sisal, castanha de caju e cana-de-açúcar	Esforço físico, levantamento e transporte de peso; exposição a poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas, (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intoxicações agudas e

			crônicas; rinite; bronquite; vômitos; dermatites ocupacionais; apagamento das digitais
5.	Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a substâncias químicas, tais como, pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações agudas e crônicas; poli-neuropatias; dermatites de contato; dermatites alérgicas; osteomalácias do adulto induzidas por drogas; cânceres; arritmias cardíacas; leucemias e episódios depressivos
6.	Em locais de armazenamento ou de beneficiamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais	Exposição a poeiras e seus contaminantes	Bissinoses; asma; bronquite; rinite alérgica; enfizema; pneumonia e irritação das vias aéreas superiores
7.	Em estábulos, cavalariças, currais, estrebarias ou pocilgas, sem condições adequadas de higienização	Acidentes com animais e contato permanente com vírus, bactérias, parasitas, bacilos e fungos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; tuberculose; carbúnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais; dermatofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutâneo-mucosas e blastomicoses
8.	No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com deficiência de oxigênio	Exposição a poeiras e seus contaminantes; queda de nível; explosões; baixa pressão parcial de oxigênio	Asfixia; dificuldade respiratória; asma ocupacional; pneumonia; bronquite; rinite; traumatismos; contusões e queimaduras
9.	Com sinalizador na aplicação aérea de produtos ou defensivos agrícolas	Exposição a substâncias químicas, tais como pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações exógenas agudas e crônicas; polineuropatias; dermatites; rinite; bronquite; leucemias; arritmia cardíaca; cânceres; leucemias; neurastenia e episódios depressivos.

10.	Na extração e corte de madeira	Acidentes com queda de árvores, serra de corte, máquinas e ofidismo	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; amputações; lacerações; mutilações; contusões; fraturas; envenenamento e blastomicose
11.	Em manguezais e lamaçais	Exposição à umidade; cortes; perfurações; ofidismo, e contato com excrementos	Rinite; resfriados; bronquite; envenenamentos; intoxicações exógenas; dermatites; leptospirose; hepatites virais; dermatofitoses e candidíases

Atividade: PESCA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
12.	Na cata de iscas aquáticas	Trabalho noturno; exposição à radiação solar, umidade, frio e a animais carnívoros ou peçonhentos; afogamento	Transtorno do ciclo vigília-sono; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; hipotermia; lesões; envenenamentos; perfuração da membrana do tímpano; perda da consciência; labirintite e otite média não supurativa e apnéia prolongada
13.	Na cata de mariscos	Exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento
14.	Que exijam mergulho, com ou sem equipamento	Apnéia prolongada e aumento do nitrogênio circulante	Afogamento; perfuração da membrana do tímpano; perda de consciência; barotrauma; embolia gasosa; síndrome de

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite e otite média não supurativa
15.	Em condições hiperbáricas	Exposição a condições hiperbáricas, sem períodos de compressão e descompressão	Morte; perda da consciência; perfuração da membrana do tímpano; intoxicação por gases (oxigênio ou nitrogênio); barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite; otite média não supurativa; osteonecrose asséptica e mal dos caixões (doença descompressiva)

Atividade: INDÚSTRIA EXTRATIVA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
16.	Em cantarias e no preparo de cascalho	Esforço físico; posturas viciosas; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras minerais, inclusive sílica	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ferimentos e mutilações; rinite; asma; pneumoconioses; tuberculose
17.	De extração de pedras, areia e argila (retirada, corte e separação de pedras; uso de instrumentos contuso-cortantes, transporte e arrumação de pedras)	Exposição à radiação solar, chuva; exposição à sílica; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; condições sanitárias precárias; corpos estranhos	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; ferimentos; mutilações; parasitoses múltiplas e gastroenterites; ferimentos nos olhos (córnea e esclera)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
18.	De extração de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais	Levantamento e transporte de peso excessivo; acidentes com instrumentos contundentes e perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade e explosivos; gases asfixiantes	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; traumatismos; ferimentos; mutilações; queimaduras; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico; queimaduras e mutilações; asfixia
19.	Em escavações, subterrâneos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto	Esforços físicos intensos; soterramento; exposição a poeiras inorgânicas e a metais pesados;	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; anóxia; hipóxia; esmagamentos; queimaduras; fraturas; silicoses; tuberculose; asma ocupacional; bronquites; enfisema pulmonar; cânceres; lesões oculares; contusões; ferimentos; alterações mentais; fadiga e estresse
20.	Em locais onde haja livre desprendimento de poeiras minerais	Exposição a poeiras inorgânicas	Pneumoconioses associadas com tuberculose; asma ocupacional; rinite; silicose; bronquite e bronquiolite
21.	Em salinas	Esforços físicos intensos; levantamento e transporte manual de peso; movimentos repetitivos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Fadiga física; stress; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas

Atividade: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
22.	De lixa nas fábricas de chapéu ou feltro	Acidentes com máquinas e instrumentos perigosos; exposição à poeira	Ferimentos; lacerações; mutilações; asma e bronquite
23.	De jateamento em geral, exceto em processos enclausurados	Exposição à poeira mineral	Silicose; asma; bronquite; bronquiolite; stress e alterações mentais
24.	De douração, prateação, niquelação, galvanoplastia, anodização de alumínio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos	Exposição a fumos metálicos (cádmio, alumínio, níquel, cromo, etc), névoas, vapores e soluções ácidas e cáusticas; exposição a altas temperaturas; umidade	Intoxicações agudas e crônicas; asma ocupacional; rinite; faringite; sinusite; bronquite; pneumonia; edema pulmonar; estomatite ulcerativa crônica; dermatite de contato; neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; ulceração ou necrose do septo nasal; queimaduras
25.	Na operação industrial de reciclagem de papel, plástico e metal	Exposição a riscos biológicos (bactérias, vírus, fungos e parasitas), como contaminantes do material a ser reciclado, geralmente advindo de coleta de lixo	Dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; asma; bronquite; viroses; parasitoses; cânceres
26.	No preparo de plumas e crinas	Exposição ao mercúrio e querosene, além de poeira orgânica	Transtornos da personalidade e de comportamento; episódios depressivos; neurastenia; ataxia cerebelosa; encefalopatia; transtorno extrapiramidal do movimento; gengivite crônica; estomatite ulcerativa e arritmias cardíacas
27.	Na industrialização do fumo	Exposição à nicotina	Intoxicações exógenas; tonturas e vômitos
28.	Na industrialização de cana de açúcar	Exposição a poeiras orgânicas	Bagaçose; asma; bronquite e pneumonite
29.	Em fundições em geral	Exposição a poeiras inorgânicas, a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo, manganês e outros); exposição a altas temperaturas; esforços físicos intensos;	Intoxicações; siderose; saturnismo; beriliose; estanhose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; cânceres; ulceração ou necrose do septo nasal; desidratação e intermação; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites)
30.	Em tecelagem	Exposição à poeira de fios e fibras mistas e	Bissinose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite

		sintéticas; exposição a corantes; postura inadequadas e esforços repetitivos	obstrutiva; sinusite; fadiga física; DORT/LER
31.	No beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros bens minerais	Esforços físicos intensos; acidentes com máquinas perigosas e instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); traumatismos; ferimentos; mutilações; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico
32.	Na produção de carvão vegetal	Exposição à radiação solar, chuva; contato com amianto; picadas de insetos e animais peçonhentos; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; queda de toras; exposição à vibração, explosões e desabamentos; combustão espontânea do carvão; monotonia; estresse da tensão da vigília do forno; fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido pirolenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetato, monóxido de carbono, dióxido de carbono e metano	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; reações na pele ou generalizadas; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; traumatismos; lesões osteomusculares; síndromes vasculares; queimaduras; sofrimento psíquico; intoxicações agudas e crônicas
33.	Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos ou dejetos de animais	Exposição a vírus, bactérias, bacilos, fungos e parasitas	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; hepatites virais; tétano; psitacose; ornitose; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato

34.	Na produção, processamento e manuseio de explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos ou liquefeitos	Exposição a vapores e gases tóxicos; risco de incêndios e explosões	Queimaduras; intoxicações; rinite; asma ocupacional; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
35.	Na fabricação de fogos de artifícios	Exposição a incêndios, explosões, corantes de chamas (cloreto de potássio, antimônio trissulfito) e poeiras	Queimaduras; intoxicações; enfisema crônico e difuso; bronquite e asma ocupacional
36.	De direção e operação de máquinas e equipamentos elétricos de grande porte	Esforços físicos intensos e acidentes com sistemas; circuitos e condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória
37.	Em curtumes, industrialização de couros e fabricação de peles e peliças	Esforços físicos intensos; exposição a corantes, alvejantes, álcalis, desengordurantes, ácidos, alumínio, branqueadores, vírus, bactérias, bacilos, fungos e calor	Afecções músculo-esquelética(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); tuberculose; carbúnculo; brucelose; antrax; cânceres; rinite crônica; conjuntivite; pneumonite; dermatites de contato; dermatose ocupacional e queimaduras
38.	Em matadouros ou abatedouros em geral	Esforços físicos intensos; riscos de acidentes com animais e ferramentas perfuro-cortantes e exposição a agentes biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; ferimentos; tuberculose; carbúnculo; brucelose e psitacose; antrax
39.	Em processamento ou empacotamento mecanizado de carnes	Acidentes com máquinas, ferramentas e instrumentos perfuro-cortantes; esforços repetitivos e riscos biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputação; corte; DORT/LER; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose
40.	Na fabricação de farinha de mandioca	Esforços físicos intensos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; posições inadequadas; movimentos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputações; cortes; queimaduras; DORT/LER; cifose; escoliose; afecções respiratórias e dermatoses ocupacionais

		repetitivos; altas temperaturas e poeiras	
41.	Em indústrias cerâmicas	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
42.	Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
43.	Na fabricação de botões e outros artefatos de nácar, chifre ou osso	Acidentes com máquinas e ferramentas pérfuro-cortantes; esforços repetitivos e vibrações, poeiras e ruídos	Contusões; perfurações; cortes; dorsalgia; cervicalgia; síndrome cervicobraquial; tendinites; bursites; DORT/LER; alterações temporária do limiar auditivo; hipoacusia e perda da audição
44.	Na fabricação de cimento ou cal	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica); altas temperaturas; efeitos abrasivos sobre a pele	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); silicose; asma ocupacional; bronquite; dermatites; dermatoses ocupacionais; intermação; ferimentos; mutilações; fadiga e estresse
45.	Na fabricação de colchões	Exposição a solventes orgânicos, pigmentos de chumbo, cádmio e manganês e poeiras	Encefalopatias tóxicas agudas e crônicas; hipertensão arterial; arritmias cardíacas; insuficiência renal; hipotireoidismo; anemias; dermatoses ocupacionais e irritação da pele e mucosas
46.	Na fabricação de cortiças, cristais, esmaltes, estopas,	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica), metais	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites);

	gesso, louças, vidros ou vernizes	pesados, altas temperaturas, corantes e pigmentos metálicos (chumbo, cromo e outros) e calor	queimaduras; catarata; silicose; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação
47.	Na fabricação de porcelanas	Exposição a poeiras minerais e ao calor; posições inadequadas	Pneumoconioses e dermatites; fadiga física e intermação; afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER
48.	Na fabricação de artefatos de borracha	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, dentre outros, e ao calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações; queimaduras
49.	Em destilarias de álcool	Exposição a vapores de etanol, metanol e outros riscos químicos; risco de incêndios e explosões	Cânceres; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; intermação; asma ocupacional; bronquites; queimaduras
50.	Na fabricação de bebidas alcoólicas	Exposição a vapores de etanol e a poeira de cereais; exposição a bebidas alcoólicas, ao calor, à formação de atmosferas explosivas; incêndios e outros acidentes	Queimaduras; asfixia; tonturas; intoxicação; irritação das vias aéreas superiores; irritação da pele e mucosas; cefaléia e embriaguez
51.	No interior de resfriadores, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos	Exposição a temperaturas extremas, frio e calor	Frio; hipotermia com diminuição da capacidade física e mental; calor, hipertermia; fadiga; desidratação; desequilíbrio hidroeletrólítico e estresse
52.	Em serralherias	Exposição a poeiras metálicas tóxicas, (chumbo, arsênico cádmio), monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações

53.	Em indústrias de móveis	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras, solventes orgânicos, tintas e vernizes; riscos de acidentes com máquinas, serras e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; cortes; amputações; traumatismos; dermatose ocupacional; anemias; conjuntivite
54.	No beneficiamento de madeira	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras; risco de acidentes com máquinas, serras, equipamentos e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asma ocupacional; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; dermatose ocupacional; esmagamentos; ferimentos; amputações; mutilações; fadiga; stress e DORT/LER
55.	Com exposição a vibrações localizadas ou de corpo inteiro	Vibrações localizadas ou generalizadas	Síndrome cervicobraquial; dor articular; moléstia de Dupuytren; capsulite adesiva do ombro; bursites; epicondilite lateral; osteocondrose do adulto; doença de Kohler; hérnia de disco; artroses e aumento da pressão arterial
56.	De desmonte ou demolição de navios e embarcações em geral	Esforços físicos intensos; exposição a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo e outros); uso de ferramentas pesadas; altas temperaturas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; perda da consciência; fibrilação ventricular; queimaduras; fraturas; contusões; intermação; perfuração da membrana do tímpano

Atividade: PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
57.	Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	Exposição à energia de alta tensão; choque elétrico e queda de nível.	Eletrochoque; fibrilação ventricular; parada cardíoro-respiratória; traumatismos; escoriações fraturas

Atividade: CONSTRUÇÃO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
58.	Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição	Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos

Atividade: COMÉRCIO (REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
59.	Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, entre outros, e calor	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações

Atividade: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
60.	No transporte e armazenagem de álcool, explosivos, inflamáveis	Exposição a vapores tóxicos; risco de incêndio e explosões	Intoxicações; queimaduras; rinite e dermatites de contato

	líquidos, gasosos e liquefeitos		
61.	Em porão ou convés de navio	Esforços físicos intensos; risco de queda de nível; isolamento, calor e outros riscos inerentes às cargas transportadas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lesões; fraturas; contusões; traumatismos; fobia e transtorno do ciclo vigília-sono
62.	Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte	Acidentes de trânsito	Ferimentos; contusões; fraturas; traumatismos e mutilações

Atividade: SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
63.	No manuseio ou aplicação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a quimioterápicos e outras substâncias químicas de uso terapêutico	Intoxicações agudas e crônicas; polineuropatia; dermatites de contato; dermatite alérgica; osteomalácia do adulto induzida por drogas; cânceres; arritmia cardíaca; leucemias; neurastenia e episódios depressivos
64.	Em contato com animais portadores de doenças infecto-contagiosas e em postos de vacinação de animais	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite; conjuntivite; pneumonia; dermatite de contato e dermatose ocupacional
65.	Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pacientes não previamente esterilizados	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos; stress psíquico e sofrimento; acidentes com material biológico	Tuberculose; AIDS; hepatite; meningite; carbúnculo; toxoplasmose; viroses, parasitoses; zoonose; pneumonias; candidíases; dermatoses; episódios depressivos e sofrimento mental
66.	Em laboratórios destinados ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares	Exposição a vírus, bactérias, parasitas, bacilos e contato com animais de laboratório	Envenenamentos; cortes; lacerações; hepatite; AIDS; tuberculose; carbúnculo; brucelose;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			psitacose; raiva; asma; rinite crônica; conjuntivite; zoonoses; ansiedade e sofrimento mental

Atividade: SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS, PESSOAIS E OUTROS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
67.	Em lavanderias industriais	Exposição a solventes, cloro, sabões, detergentes, calor e movimentos repetitivos	Polineurites; dermatoses ocupacionais; blefarites; conjuntivites; intermação; fadiga e queimaduras
68.	Em tinturarias e estamparias	Exposição a solventes, corantes, pigmentos metálicos, calor e umidade	Hipotireoidismo; anemias; polineuropatias; encefalopatias; hipertensão arterial; arritmia cardíaca; insuficiência renal; infertilidade masculina; queimaduras; intermação e depressão do Sistema Nervoso Central.
69.	Em esgotos	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos utilizados nos processos de tratamento de esgoto, tais como cloro, ozônio, sulfeto de hidrogênio e outros; riscos biológicos; espaços confinados e riscos de explosões	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); escolioses; disfunção olfativa; alcoolismo; asma; bronquite; lesões oculares; dermatites; dermatoses; asfixia; salmoneloses; leptospirose e disfunções olfativas
70.	Na coleta, seleção e beneficiamento de lixo	Esforços físicos intensos; exposição aos riscos físicos, químicos e biológicos; exposição a poeiras tóxicas, calor; movimentos repetitivos; posições antiergonômicas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; lacerações; intermações; resfriados; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral; infecções respiratórias; piodermites;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas
71.	Em cemitérios	Esforços físicos intensos; calor; riscos biológicos (bactérias, fungos, ratos e outros animais, inclusive peçonhentos); risco de acidentes e estresse psíquico	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; contusões; dermatoses ocupacionais; ansiedade; alcoolismo; desidratação; câncer de pele; neurose profissional e ansiedade
72.	Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos)	Acidentes de trânsito e exposição à violência	Traumatismos; ferimentos; ansiedade e estresse
73.	Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)	Exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento	Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente transmissíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; traumatismos; ferimentos
74.	Em artesanato	Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas inadequadas; movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; corpos estranhos; jornadas excessivas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Ocupacionais	Riscos	Prováveis Repercussões à Saúde
				fadiga; estresse; distúrbios do sono
75.	De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes	Esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho noturno; isolamento; posições antiergonômicas; exposição a riscos biológicos.		Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ansiedade; alterações na vida familiar; síndrome do esgotamento profissional; neurose profissional; fadiga física; transtornos do ciclo vigília-sono; depressão e doenças transmissíveis.

Atividade: SERVIÇO DOMÉSTICO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Ocupacionais	Riscos	Prováveis Repercussões à Saúde
76.	Domésticos	Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível		Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias

Atividade: TODAS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Ocupacionais	Riscos	Prováveis Repercussões à Saúde
77.	De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de	Exposição a solventes orgânicos,	neurotóxicos,	Dermatoses ocupacionais; encefalopatias;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamentos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros produtos derivados de óleos minerais	desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas	queimaduras; leucocitoses; elaiconiose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personalidade e neurastenia
78.	Com utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocortantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco	Perfurações e cortes	Ferimentos e mutilações
79.	Em câmaras frigoríficas	Exposição a baixas temperaturas e a variações súbitas	Hipotermia; eritema pérmio; geladura (Frostbite) com necrose de tecidos; bronquite; rinite; pneumonias
80.	Com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, superiores a 20 quilos, para o gênero masculino e superiores a 15 quilos para o gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero masculino e superiores a 7 quilos para o gênero feminino, quando realizados freqüentemente	Esforço físico intenso; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lombalgias; lombociatalgias; escolioses; cifoses; lordoses; maturação precoce das epífises
81.	Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio	Exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; dermatoses; dermatites; conjuntivite; queratite;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Ocupacionais	Riscos	Prováveis Repercussões à Saúde
				pneumonite; fadiga; intermação
82.	Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros	Queda de nível		Fraturas; contusões; traumatismos; tonturas; fobias
83.	Com exposição a ruído contínuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto	Exposição a níveis elevados de pressão sonora		Alteração temporária do limiar auditivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumática do tímpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse
84.	Com exposição ou manuseio de arsênico e seus compostos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocarbonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio) e seus compostos, silicatos, ácido oxálico, nítrico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)	Exposição aos compostos químicos acima dos limites de tolerância		Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; angiosarcoma do fígado; polineuropatias; encefalopatias; neoplasia maligna do estômago, laringe e pleura; mesoteliomas; asbestoses; arritmia cardíaca; leucemias; síndromes mielodisplásicas; transtornos mentais; cor pulmonale; silicose e síndrome de Caplan
85.	Em espaços confinados	Isolamento; contato com poeiras, gases tóxicos e outros contaminantes		Transtorno do ciclo vigília-sono; rinite; bronquite; irritabilidade e estresse
86.	De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra partículas volantes	Acidentes com material cortante e com exposição a partículas metálicas cortantes desprendidas da afiadora		Ferimentos e mutilações
87.	De direção, operação, de veículos, máquinas ou equipamentos, quando	Esforços físicos; acidentes com ferramentas e com		Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias,

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Ocupacionais Riscos	Prováveis Repercussões à Saúde
	<p>motorizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e guilhotinas, esmeris, moinhos, cortadores e misturadores, equipamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros similares)</p>	<p>sistemas condutores de energia elétrica</p>	<p>sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras e parada cárdio-respiratória</p>
88.	<p>Com exposição a radiações ionizante e não-ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser)</p>	<p>Exposição a radiações não-ionizante e ionizante (raios X, gama, alfa e beta) em processos industriais, terapêuticos ou propedêuticos (em saúde humana ou animal) ou em prospecção; processamento, estocagem e transporte de materiais radioativos</p>	<p>Carcinomas baso-celular e espino-celular; neoplasia maligna da cavidade nasal, brônquios, pulmões, ossos e cartilagens articulares; sarcomas ósseos; leucemias; síndrome mielodisplásicas; anemia aplástica; hemorragias; agranulocitose; polineuropatia; blefarite; conjuntivite; catarata; gastroenterite; afecções da pele e do tecido conjuntivo relacionadas com a radiação, osteonecrose e infertilidade masculina</p>
89.	<p>De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energizados</p>	<p>Esforços físicos intensos; exposição a acidentes com sistemas, circuitos e condutores de energia elétrica e acidentes com equipamentos e ferramentas contuso-cortantes</p>	<p>Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência;</p>

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Ocupacionais	Riscos	Prováveis Repercussões à Saúde
				carbonização; parada cardíaco-respiratória

II. TRABALHOS PREJUDICIAIS À MORALIDADE

Item	Descrição dos Trabalhos
1.	Aqueles prestados de qualquer modo em prostíbulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, motéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos
2.	De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral
3.	De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas
4.	Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.